



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
ESCOLA DE GESTÃO PENITENCIÁRIA E RESSOCIALIZAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS PARA
PROFESSORES DO SISTEMA PRISIONAL**

ANTONIO ERIVALDO LIMA OLIVEIRA

**A FORMAÇÃO PROFISSIONAL E A RESSOCIALIZAÇÃO DE JOVENS
INFRATORES: UMA ANÁLISE DAS EXPERIÊNCIAS DO CENTRO
EDUCACIONAL CARDEAL ALOÍSIO LORSCHIEDER (CECAL) EM
FORTALEZA/CE.**

FORTALEZA

2012

ANTONIO ERIVALDO LIMA OLIVEIRA

**A FORMAÇÃO PROFISSIONAL E A RESSOCIALIZAÇÃO DE JOVENS
INFRATORES: UMA ANÁLISE DAS EXPERIÊNCIAS DO CENTRO
EDUCACIONAL CARDEAL ALOÍSIO LORSCHIEDER (CECAL) EM
FORTALEZA/CE.**

Monografia apresentada como requisito parcial de conclusão de curso de especialização em EJA, para o Sistema Prisional do Ceará.

Prof. Orientador : Ronaldo de Sousa Almeida

FORTALEZA-CE

2012

ANTONIO ERIVALDO LIMA OLIVEIRA

**A FORMAÇÃO PROFISSIONAL E A RESSOCIALIZAÇÃO DE JOVENS
INFRATORES: UMA ANÁLISE DAS EXPERIÊNCIAS DO CENTRO
EDUCACIONAL CARDEAL ALOÍSIO LORSCHIEDER (CECAL) EM
FORTALEZA/CE.**

Monografia apresentada como requisito
parcial de conclusão de curso de
especialização em EJA, para o Sistema
Prisional do Ceará.

Prof. Orientador : Ronaldo de Sousa
Almeida

Aprovada em ____ / ____ / ____

BANCA EXAMINADORA

PROFESSOR ORIENTADOR

Cidade partida

Da Gama, Bino Farias, Lazão, Toni Garrido e Dulce Quental

Na cidade todo mundo fala
A violência é uma roleta russa
Não escolhe a vítima
Em toda parte é igual
Na hora errada, em qualquer lugar.
O mundo é um quintal
Sou artista, sou pobre, sou negro,
Sou pai
Sou patrão, operário, criança
sou vítima da cidade partida
Eu não vou ficar a esperar a minha vez
Eu quero andar pelas ruas livre
Tenho direito à justiça, liberdade,
Proteção
Não quero mais, amor
Viver exilado, sem consciência
Meu coração é de paz
Mas não aguenta mais violência
Basta, minha palavra diz basta
Meu corpo inteiro diz não
Não há lugar para mais violência
Basta, quanto silêncio, esse frio
O sangue mancha a encosta verde
do Rio
As cidades tratam de suas misérias
Como quem trata uma praga
Que não para de crescer
Enquanto os ricos
Não olharem para ela
Será sempre uma panela
Que a pressão faz explodir.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus que, me presenteou com a vida.

A minha avó (*in memoriam*), que sempre amei e amo muito.

A minha mãe, que amo muito, por sempre me ensinar a lutar, perder, levantar e vencer.

A meu tio, que sempre esteve presente em todos os momentos.

A minha mulher, que é uma guerreira, batalhadora, amiga.

Aos meus irmãos, Lêda, Ireuda, Eduardo, Elionardo, Ednardo pelo apoio.

Aos meus cunhados e cunhadas.

Aos meu tios, Luciano e Irecildo

Aos meus amigos professores, Marleide, João Paulo, Adriana, Marília, Neide, Emanuela, Silvia, Eloísa, Ana Cláudia, Gabriela, Diana, Márcio, Cleiton, Marcos, Paulo.

Aos meus afilhados, sobrinhos e sobrinhas, a quem sempre quis por perto e amo a todos.

Ao meu orientador, Ronaldo Almeida

Enfim, a todos que de alguma forma cooperaram para o desenvolvimento desse trabalho.

RESUMO

A presente monografia analisa o trabalho realizado pelos internos no Centro Educacional Cardeal Aloísio Lorscheider. O tema da pesquisa está relacionado com o trabalho nas medidas socioeducativas, aplicadas aos adolescentes, buscando consolidar a cidadania e o valor produtivo dos infratores. Com o desenvolvimento de ações que intercedam pela maior empregabilidade e que respaldem a preparação para o mundo do trabalho envolvendo empresas públicas e privadas, espera-se que esses adolescentes venham ter uma oportunidade e igualdade de competição com os demais jovens, quando deixarem de cumprir as medidas socioeducativas e saírem para a liberdade. E possam trabalhar dignamente sem que venham cometer nenhum outro ato infracional. Observa-se ainda que o adolescente em conflito com a lei é tratado de forma a se acentuar a figura do infrator, ficando de lado a condição de cidadão que possa ultrapassar todos os malefícios que lhe foi imposto, ou seja, para que possa alcançar a efetiva reeducação e reintegração do jovem na sociedade. Contudo, nessa perspectiva, a conclusão da monografia não deve ser encarada como um fim em si mesmo, mas como etapa da desejável elevação de um Brasil mais justo, mais humano.

Palavras-chave: Qualificação profissional. Ressocialização. Oportunidade. Direitos dos adolescentes. Questão Social.

ABSTRACT

This monograph examines the work done by teenagers in Educational Center Cardinal Aloysius Lorscheider. The theme of this research work-related on social and educational measures, developed for adolescents, seeking to consolidate citizenship and productive value of violators. With the development of actions to intercede for that support greater employability and preparation for the world of work involving public and private companies, it is expected that teens will have an opportunity and equal competition with other young people, when they cease to fulfill socio-educational measures and out to freedom. And they can work in dignity without committing any offense come. It was also observed that adolescents in conflict with the law are treated to accentuate the figure of the offender, leaving aside the citizenship that can overcome all the evils which was imposed, ie, so that you can achieve effective rehabilitation and reintegration of youth in society. However, from this perspective, the conclusion of the monograph should not be seen as an end in itself but as a step in a desirable elevation Brazil fairer, more humane.

Key-words: Professional qualification. Resocialization. Opportunity. Rights of adolescents. Social Issues.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

A.I	Ato Infracional
ANCED	Associação Nacional dos Centros de Defesa as Criança e do Adolescente
ART.	Artigo
BOP	Boletim de Ocorrência Policial
BPM	Batalhão da Polícia Militar
CECAL	Centro Educacional Cardeal Aloísio Lorscheider
CF/88	Constituição Federal do Brasil de 1988
CONANDA	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
CP	Código Penal
CPB	Código Penal Brasileiro
CPP	Código de Processo Penal
DHPP	Delegacia de Homicídio e Proteção a Pessoa
DOCS.	Documentos
ECA	Estatuto da Criança e Adolescente
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IRMP	Ilustríssimo Representante do Ministério Público
LA	Liberdade Assistida
LBA	Legião Brasileira de Assistência
MBA	Mandado de Busca e Apreensão
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MM	Meritíssimo
MP	Ministério Público
MSE	Medida Sócio-Educativa
NLA	Núcleo de Liberdade Assistida
N.SE	Notifique-se
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
ONU	Organização das Nações Unidas
PE	Procedimento Especial
PM	Polícia Militar
PROCED.	Procedimento

RMP	Representante do Ministério Público
SAED	Sistema de Avaliação da Educação Básica
SAM	Serviço de Assistência ao Menor
Sd	Soldado
Sgt.	Sargento
UFC	Universidade Federal do Ceará
VEIJ	Vara Especial da Infância e da Juventude

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI	15
1.1 Ser jovem: problema ou solução.....	16
1.2 A família dos jovens infratores.....	18
1.3 O jovem e a escola: inclusão ou exclusão.....	18
1.4 Jovens moradia e trabalho.....	20
1.5 Jovens e a cidade.....	21
2 MAPEAMENTO DOS JOVENS EM VUNERABILIDADE SOCIAL	23
2.1 Os jovens e a inserção nos centros educacionais.....	25
2.2 Jovens vítimas da violência.....	26
2.3 Perfil dos jovens assassinados.....	27
2.4 Os jovens e o mapa da violência.....	28
2.5 Jovens histórias e superação.....	29
3 JOVENS NOVAS PROFISSÕES E NOVOS DESAFIOS	32
3.1 Novas profissões, novas oportunidades.....	33
3.2 Jovens órfãos da sociedade.....	36
3.3 O Brasil e a violência atual.....	42
3.4 Bairros violentos em fortaleza-ce e região metropolitana.....	45
CONCLUSÃO	52
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	54
ANEXOS	58

INTRODUÇÃO

O presente trabalho dedica-se a um estudo da atual situação dos adolescentes infratores do Centro Educacional Cardeal Aloísio Lorscheider, na cidade de Fortaleza, Ceará. Tal temática vem despertar junto aos adolescentes em conflito com a lei, os desafios vivenciados, conduzindo-nos a uma reflexão teórica aliada ao conhecimento adquirido no período de inserção profissional.

Para tanto, a importância em estudar a temática da ressocialização do adolescente infrator está nas pesquisas que, constantemente, se aproximam desse público. Conhecer a realidade a qual esses adolescentes no Centro Educacional Cardeal Aloísio Lorscheider, bem como analisar a situação social em que estavam envolvidos antes de se envolverem em crimes, possibilitando a reflexão acerca da motivação que os levaram a cometer delitos.

Dai então as hipóteses de influência dos fatores sociais a que se indagará: a formação profissional contribui com a ressocialização? Os privados de liberdade também têm o direito à profissionalização? O trabalho é fundamental para garantir condições de uma vida digna?. Será que os jovens dos centros educacionais trabalhando com tanta dedicação irão ter um futuro melhor do que quando entraram nesses estabelecimentos? Será que a tão esperada ressocialização não ocorre porque confiamos menos do que deveríamos?

Segundo Paoli & Teles (2000, p.176), que vem abordar em sua obra: *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos*. Que a juventude, dentre os direitos mais negligenciados está à educação e o trabalho. Diante disto esperamos que nossos adolescentes viessem a ter um reconhecimento por parte da sociedade onde é tão elitista.

Fatores sociais como desemprego, indigência, pobreza, fome, drogas, falta de habitação decente, problemas com saúde, educação e desestrutura no seio familiar, são recorrentes nesse encaminhamento para a criminalidade. Nesse panorama conflitante, torna-se necessário e urgente conhecer o cotidiano desses adolescentes.

A experiência profissional suscitou diversas inquietações teóricas e práticas, das quais em uma delas busquei elementos teóricos que pudessem auxiliar no processo de construção de respostas.

De acordo com o Documento base da I Conferência Estadual de Políticas de Juventude do Rio de Janeiro (2008), até a década de 1990 a juventude não era percebida como um segmento específico pelas ações governamentais, só ganhando visibilidade cerca de 10 anos atrás. Mas isso se dá de forma negativa, pois surgem projetos voltados para jovens em situação de risco social, com mecanismos que priorizam o controle e prevenção. Desta maneira, os direitos dos jovens ainda não são garantidos de forma plena.

A criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em julho de 1990, inaugura um novo olhar sobre as crianças e adolescentes brasileiros, que passam a ter prioridade absoluta no que tange aos seus direitos como cidadãos. Em relação ao grupo juvenil, somente no final da década de 1990, se tem visto a ideia de “protagonismo juvenil”, onde está previsto que o jovem passe a intervir no seu contexto social em questão ligada ao bem comum, passando com isso a ser visto como sujeito de direitos. Surge assim, a ideia de emancipação e participação dos jovens em assuntos que lhe dizem respeito. (RIBEIRO, Eliane; LANES, Patrícia; CARRANO, Paulo. Diversidade de perfis caracteriza as juventudes brasileiras. In: Democracia Viva n. 30, 2006. Disponível em: www.ibase.br/userimages/ibasenet_dv30_indicadores.pdf. Acesso em: 10 de março de 2012).

Desta forma, podemos pensar que esse acesso precarizado é um entrave para a expansão e consolidação da cidadania dos jovens, com o reconhecimento dos seus direitos e condições dignas de vida. O desemprego, os baixos salários e as difíceis condições de vida comprometem o processo de escolarização. (RELATÓRIO FINAL JUVENTUDE BRASILEIRA E DEMOCRACIA – PARTICIPAÇÃO, ESFERAS E POLÍTICAS PÚBLICAS. Ibase e Polis, 2005. Disponível em: <www.idrc.ca/uploads/user-S/11340655531ibase_relatorio_juventude.pdf>. Acesso em: 15 de fevereiro de 2012).

Essa realidade, segundo Cury (2004, p.168), tem a ver com um país que, desde o seu início, foi bastante injusto com os que com seu trabalho construíram as riquezas da nação e que não viram distribuídas essas riquezas acumuladas, de modo que todos pudessem ter acesso aos bens sociais necessários a uma participação política consciente.

A busca da inclusão social de jovens em situação de vulnerabilidade, risco pessoal, perpassa pelo meio profissional. Devido ao número crescente de

adolescentes envolvidos em atos infracionais, passou-se a ter uma maior preocupação com a profissionalização. E são as formas que esses jovens infratores possam se profissionalizar dentro do sistema socioeducativo que pretendemos analisar.

E diante da vivência em sala de aula, senti a necessidade de abordar esse tema de uma maneira mais ampla, e pedagógica dando total atenção aos jovens envolvidos em atos infracionais, onde a desigualdade social e a pobreza, continuam sofrendo pressões internas e externas. E o agravamento da violência urbana é uma constante em nossa sociedade.

As possibilidades em proporcionar, às pessoas presas, de serem recuperadas do ponto de vista social, não são muito conhecidas. No nosso país com tantas desigualdades sociais e valores morais conservadores que subjagam os direitos dos infratores, torna-se complexo oferecer condições de ressocialização dos encarcerados.

Nesse sentido levanta-se algumas inquietações e desafios, que nos impulsiona a refletir e a vislumbrar possibilidades de mudanças com vistas à implementação de ações mais eficazes. Para tanto buscamos fazer uma análise da realidade do Centro Educacional Aloísio Lorscheider, para uma melhor ressocialização por meio do trabalho. A temática dessa monografia se insere numa trajetória de ressocialização e trabalho na área dos jovens e dos adolescentes em conflito com a lei. Tendo como objetivo geral: Investigar como têm sido efetivadas as ações com vistas à reinserção profissional para adolescentes infratores no mercado de trabalho no CECAL. E como objetivo específico: Fazer levantamento das ações em vigor na CECAL; Analisar em que medida essas ações tem contribuído de forma efetiva para a ressocialização dos adolescentes infratores; Investigar a compreensão e/ou importância que os educadores/empresa e os adolescentes têm dessas experiências em andamento.

São jovens com idades entre 18 e 20 anos e estão na fase de treinamento e desenvolvimento intelectual profissional. Os internos do Centro Educacional Cardeal Aloísio Lorscheider na cidade de Fortaleza, no Ceará, encontram no Projeto

Primeiro Passo¹ a chance de aprender uma profissão, ganhar um salário e ajudar a família.

Ao todo o Centro Educacional Cardeal Aloísio Lorscheider, abriga 182 adolescentes que estão em privação de liberdade cumprindo medidas socioeducativas, pelos menos 72 participam dos projetos de qualificação profissional e tem a carteira de trabalho assinada, a internação varia de 6 meses a 3 anos.

Segundo uns dos coordenadores, Francisco Gadelha, o projeto deve ser ampliado. Hoje nós temos cinco empresas e temos a pretensão de cobrir todos os jovens que estão no perfil dentro dos centros educacionais.

Segundo Coyle, (2002, p.163) "[...] não basta que as autoridades meramente tratem as pessoas presas com humanidade e dignidade, antes, devem oferecer-lhes oportunidade de mudança e desenvolvimento, e isso exige habilidades consideráveis e muito empenho. Tendo um começo, um meio e um fim, com melhorias nas condições de vida, além do comprimento da reclusão imposta. [...]".

O centro educacional deve, portanto, proporcionar aos jovens em conflito com a lei uma série de benefícios que vão desde instrução, inclusive profissional, assistência médica e psicológica para proporcionar-lhes uma oportunidade de reintegração no mundo que lhe espera fora das muralhas.

No Brasil devido ao grande número de reclusos, e estes são cada vez em maior número, em mínimas condições adequadas, tem chamado atenção à pesquisa sobre essa problemática da violência e criminalidade.

Segundo Foucault, (1996, p. 89), "[...] o crime vem aumentando e se generalizando em todos os lugares do mundo, trazendo como consequências revoltas em prisões, motins e rebeliões.[...]". Em nosso país, o índice de criminalidade vem aumentando a cada dia, sendo comum observar e acompanhar através dos meios de comunicação os diversos crimes que estão ocorrendo principalmente nos grandes centros urbanos, onde vive a maioria da população brasileira.

De acordo com o quadro geral do Sistema Penitenciário, o Brasil é a quarta população maior encarcerada do mundo, os níveis de superlotação são

¹ Primeiro Passo: objetiva criar oportunidades através de cursos profissionalizantes e encaminhamento para o mercado de trabalho de adolescentes e jovens de 16 a 24, com renda per capita familiar de até ¼ do salário mínimo, estimulando-os a vencer desafios através do desenvolvimento de sua competência social e profissional.

terríveis, a violência entre eles é comum, serviços de atendimento são péssimos, na sua maioria estão na faixa etária entre 18 e 30 anos, com escolaridade deficiente, sendo pobres, usuários de drogas, essa população com todo esse perfil cresce de forma assustadora.

Hoje, Tem-se dado um avanço no estudo da ressocialização como política pública nos centros educacionais, onde prevê que essa assistência seja para dar qualificação e como também formação profissional. Com isso o jovem, já é reconhecido em sua importância, e aos poucos desmistificando que a educação e qualificação profissional nos centros sejam apenas para ocupá-los e não os deixando ociosos.

É importante salientar que educação *versus* trabalho muitas vezes tem andado de forma divergente. Por muitos anos essa concepção foi aceita, hoje se acredita que uma ande bem junta da outra para que possa ser tratada como uma ponte de ressocialização.

Mesmo que por muitos anos a ideia que capacitação profissional não fosse de grande importância, hoje já se acredita que por esse meio seja capaz de inseri-los no mercado de trabalho. Essa população carcerária acredita que qualificação profissional, esta associada à educação e trabalho.

Vale à pena comentar que a educação e o trabalho têm um papel fundamental no contexto social, mesmo de forma precária é essencial para essa clientela, nos centros educacionais, o trabalho parece ainda ser o único espaço de produção e divulgação de conhecimento formal, ainda é o resgate de cidadania.

Esta monografia segue estruturada da seguinte maneira: o primeiro capítulo abordará a situação dos adolescentes em conflito com a lei e posteriormente as condições sócio-econômicas bem como correlaciona os fatores e reais motivos que levarão a delinquir; o segundo capítulo retrata as condutas dos jovens na nossa sociedade, bem como as influências que os mesmos sofrem com a discriminação; o terceiro capítulo vem abordar os jovens no mercado de trabalho.

1 ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI

A crescente violência entre os jovens e adolescentes se manifesta nas mais diversas espécies, tais como, homicídios, roubos, latrocínios, entre outros. Estes têm suscitado grandes questões acerca da eficácia da legislação penal corrente, da redução da maioridade penal, da desigualdade social e a falta de incentivos governamentais, além de gerar em toda a sociedade um grande sentimento de medo e impunidade. E como é por meio de leis, que o Estado define e promove a ordem pública, há que se atentar a essa nova configuração criminal na delinqüência juvenil.

Na legislação brasileira, algumas iniciativas foram postas em funcionamento desde a década de 1920. Nesse contexto histórico veio à criação do Código de Menores de 1927 e do Serviço de Assistência ao Menor (SAM), em 1941, “[...] simbolizaram o reconhecimento tanto dos atores do Estatuto como da sociedade civil do ‘problema do menor’ como uma questão social [...]” (CARVALHO, 2001, p. 148).

Após a promulgação do novo Código Penal de 1940, tornou-se mais evidente a necessidade de revisão do Código de Menores. Outros projetos de lei em substituição ao Código de Menores eram apresentados, com diferentes direcionamentos, mas somente em 1979, através da Lei Nº 6.697/79 passou a vigorar o novo Código de Menores.

O que prevaleceu o cunho repressivo da legislação anterior, onde as práticas eram “[...] correcional-repressiva [...] visão filantropo-caritativa [...]” (SILVA, 2005, p.161).

No Brasil, em pleno período de ditadura militar, as instituições e as legislações, como o Código de Menores, acabavam recebendo influência desse modelo repressor, com que contribuía com os períodos de guerra, política econômica americana imperialista de democratização em alguns países centrais totalmente autoritárias e repressoras.

Na década de 1980, diversos organismos nacionais e internacionais como os organismos das Nações Unidas e técnicos das Secretarias do Governo, teciam críticas ao Código de Menores, passando a exigir a criação de uma lei que garantisse os direitos plenos de crianças e adolescentes. “As denúncias

desnudavam a distância existente entre crianças e menores no Brasil, mostrando que as crianças pobres não tinham sequer [sic] direito à infância” (RIZZINI, 1995, p. 160).

Assim, a Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 5 de outubro de 1988 (BRASIL, 1988), o Direito da Criança e do Adolescente, expresso no caput do artigo 227 e 228, ratificando a Convenção Internacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, culminando com a aprovação da Lei Nº 8.069/90, o Estatuto da Criança e do Adolescente. O ECA tornou-se “[...] a primeira legislação latino-americana adequada à normativa internacional [...]” (COSTA,2005,p.60).Esta lei estabeleceu a Doutrina da Proteção Integral, que considera a criança e o adolescente como sujeitos de direitos, pessoa em condições especiais de desenvolvimento e prioridade absoluto da família, da sociedade e do Estado.

Mesmo sendo comprovada a capacidade intelectual e, tendo pleno conhecimento dos atos delinqüências, ele não responderá por crime algum, portanto, estarão sujeitos as sanções da lei especial.

Tanto a Constituição da República, no seu artigo 228, como o Código Penal, no seu art. 27, dispõem que “os menores de 18 anos são penalmente inimputáveis, ficando sujeitos as normas estabelecidas na legislação especial”. É o “fator biológico” que determina a inimputabilidade, de forma absoluta, significando que o menor de 18 anos é inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato e de determinar-se de acordo com esse entendimento. Portanto, o menor de 18 anos a presunção de inimputabilidade é absoluta. Mesmo em se tratando de um menor comprovadamente inteligente e com plena capacidade intelectual evolutiva, não responderá por crime algum. LEMOS; MAZZILLI; KLERING,1998.p.180).

1.1 SER JOVEM: PROBLEMA OU SOLUÇÃO

A criminalidade está intimamente ligada à baixa escolaridade e a baixa qualificação profissionais ambas interligadas à questão econômica e social. Ressalte-se que embora sejam relevantes esses aspectos que levam os jovens a criminalidade não são os únicos. Desta forma é preciso desenvolver dentro dos centros educacionais projetos com caráter profissionalizante que aponte o caminho desta transformação.

A proposição de um conceito de ressocialização de jovens, lastreado pelo trabalho e pela qualificação profissional, com o propósito de se adotar políticas públicas mais eficientes de combate a estes déficits, baseia-se na afirmação inquestionável que o trabalho é fonte de equilíbrio na nossa sociedade e também como agente ressocializador nos centros educacionais. “[...] Por meio do trabalho os indivíduos garantem equilíbrio e melhor condicionamento psicológico, bem como melhor comprometimento social” (LEMOS; MAZZILLI; KLERING, 1998.p.146).

Durante a formação profissional resgata-se a autoestima, o respeito à lei, a promoção do desenvolvimento humano, o valor da cidadania; o respeito mútuo e os fortalecimentos dos vínculos familiares, tanto com o recuperando em regime semiaberto quanto com as pessoas de laços consanguíneos, proporcionando a ambos uma estrutura sólida para o momento da volta ao convívio familiar, após o cumprimento da sentença judicial. (NOVAES, Regina & VITAL, 2005, p.80). Sendo assim, a qualificação profissional possibilita, além de maiores chances de inclusão no mundo do trabalho, uma maior aceitação por parte dos familiares e a da sociedade como um todo.

O grande problema enfrentado pelos apenados é quando saem das prisões, pois a sociedade não está preparada para recebê-los, é importante que sejam criadas mais oportunidades para que estes ao voltarem ao convívio social, estejam cientes de seus deveres e direitos no retorno a sociedade.

A qualificação profissional dos jovens lhes dá uma nova oportunidade, para isso é preciso parcerias com instituições públicas e privadas, consolidando a profissionalização que permita resgatar a cidadania reintegrado o jovem na sociedade.

1.2 A FAMÍLIA DOS JOVENS INFRATORES

A família é à base de todo e qualquer ser humano, sem essa base, esses jovens poderão ter dificuldades para se adequarem ao sistema educacional, profissional e, ao convívio social, enfim, ter uma vida desregrada, voltada inteiramente para a delinquência.

Sem a família nossa sociedade é vítima dos desmandos que os jovens estão sofrendo, por isso, precisam de um norte para se apoiar, e isso se dá em função de vários fatores, que venham a contribuir para que essa violência se

acentue cada vez mais, quer seja: pelo tráfico de drogas, pelo alcoolismo, pela violência, pela prostituição e pelo abandono dos filhos.

(SADER, apud GOMIDE, 1998, p. 39). Maus-tratos contra crianças e jovens na maioria das vezes ocorrem em silêncio, por temerem conflitos, vizinhos dificilmente denunciam as práticas abusivas.

[...] Inúmeras situações de violência contra crianças e adolescentes são as chamadas "situações silenciosas". Isto é, ao contrário de atos de violência comunitária, guerras e atentados, a violência que ocorre na esfera proximal do cotidiano de crianças e adolescentes, caracterizadas pela violência familiar e maus-tratos, pode passar silenciosamente despercebida (OSOFSKY 1995a, apud HUTZ, 2005, p. 73).

A família, muitas vezes não podendo dar condições de uma vida digna aos filhos, e na tentativa de modificar as condutas inaceitáveis dos seus filhos, acabam passando um exemplo de comportamento hostil, o que contribui para que esses jovens demonstrem comportamentos agressivos e se comportem de maneira antissocial.

A maior parte dos jovens dos centros educacionais que se envolvem na criminalidade, advém de famílias que vivem a margem da pobreza, haja vista que, a maioria deles é oriunda de favelas, o que significa que nem todo adolescente que reside na favela torna-se delinquente, além do fator econômico, soma-se ainda o desajuste na relação familiar.

Sabe-se que a maioria dos delinquentes provém de famílias economicamente privadas de tudo, vivendo em núcleos sem estrutura, que geralmente encontram-se ligados ao centro de uma cidade grande. Entretanto, tendo em vista que nem todas as crianças faveladas tornam-se delinquentes, mas apenas uma parte delas, tem-se que, os fatores socioeconômicos não representam os únicos antecedentes expressivos da delinquência.

1.3 O JOVEM E A ESCOLA: INCLUSÃO OU EXCLUSÃO

O adolescente em conflito com a lei passa por vários fatores que o levam a delinquir, dentre eles, a evasão escolar pode ser considerado como sendo o de bastante expressão.

[...] Certamente nenhuma reflexão sobre a delinquência juvenil pudesse furtar da trajetória marcada pela violência de rua, pela exploração de trabalho precoce, maus tratos familiares, doenças que seriam facilmente evitáveis, e uma exclusão escolar da quais as taxas de evasão são bastante significativas. (SPOSATO 2000, p. 109)

Essas deficiências são marcantes em todo o Brasil para jovens e adultos em idade escolar, mas muito mais relevante para as pessoas privadas de escolhas e confinadas a um sistema de reclusão essencialmente excludente.

Foucault, (1987, p.224) diz: “A educação do detento é, por parte do poder público, ao mesmo tempo uma preocupação indispensável no interesse da sociedade e uma obrigação por parte do detento”. Em sua análise Paulo Freire (1980, p. 26) afirma que:

A conscientização é [...] um teste de realidade. Quanto mais conscientização, mais “dês-vela” a realidade, mais se penetra na essência fenomênica do objeto, frente ao qual nos encontramos para analisá-lo. Por esta mesma razão, a conscientização não consiste em “estar frente à realidade” assumindo uma posição falsamente intelectual. A conscientização não pode existir fora da “práxis”, ou melhor, sem o ato ação-reflexão. Estas unidades dialéticas constituíram, de maneira permanente, o modo de ser ou de transformar o mundo que caracteriza os homens.

É um problema histórico, pois a educação e a profissionalização nunca foram valorizadas como fatores determinantes na superação das desigualdades sociais. É clara percepção de que é preciso empreender nos centros educacionais medidas que assegurem não exclusivamente a privação de liberdade ao infrator, pois embora muito complexo e até certo ponto pouco estudado, as necessidades reais apontam para o consenso acerca de alguns elementos centrais quanto ao tratamento das medidas sócio-educativas e esse empreendimento passa necessariamente pela implementação de ações educativas e profissionalizantes.

Devemos ter em mente que os investimentos podem ser a grande oportunidade para o jovem privado de liberdade, esse empreendimento público e privado podem proporcionar aos jovens infratores, uma oportunidade única na vida desses jovens reféns de oportunidade. Necessitamos ter uma visão da estabilidade política e social baseada em perspectivas de prosperidade para quem pode e está disposto a trabalhar e os jovens dos centros educacionais estão neste perfil.

Quando tantas pessoas falam da reforma dos Centros Educacionais, é necessário recordar que temos à frente o desafio de reformar a vida real dos jovens e suas famílias em todo contexto sócio econômico.

Para Drewes (1997), a educação deve ser o desenvolvimento de potencialidades e apropriação do saber social. Deve oferecer habilidades e conhecimentos que proporcionem melhor compreensão da realidade e a capacidade de fazer valer os próprios interesses econômicos, políticos e culturais. “Assim sendo, não haveria correspondência ou subordinação ao sistema predominante e os indivíduos seriam valorizados e incluídos na sociedade, independente da classe social, econômica ou política” (p.104).

1.4 JOVENS MORADIA E TRABALHO

Sempre ouvimos falar que “o trabalho dignifica a pessoa”, que trabalhando com dedicação é possível alcançar o sucesso profissional e a estabilidade financeira.

Nossa sociedade precisa acreditar mais nos jovens que saem dos centros educacionais, dando-lhes oportunidade de emprego, estudo e renda, com isso, eles tendem a se manterem e manterem a família que dependem dele para sobreviver.

Assim, a atual realidade dos jovens nas grandes cidades é fruto de um processo Histórico. Os jovens são vítimas e algozes dessa forma desordenada e desigual de crescimento das cidades e desenvolvimento econômico. Por tudo isso, devemos discutir: o que significa para os jovens ter como endereço uma rua, um bairro identificado como favela? E o que significa ter como endereço um bairro caracterizado como “bairro nobre”, “zona sul” em capitais?

A discriminação por endereço pode significar mais dificuldades para o jovem que vive em favelas e comunidades da periferia ter acesso ao trabalho, à educação, ao lazer e, até mesmo, ao convívio social. A sociedade, por medo, intolerância e preconceito social, julga que todo jovem pobre que mora em endereços considerados “violentos” é alguém suspeito, perigoso. Por outro lado, sabemos que o fato de “morar bem” pode significar um “passaporte” para crimes e atos violentos sem “levantar suspeita”.

Segundo dados do Governo Federal, fornecidos pelo IBGE, o país tem 12,4 milhões de pessoas vivendo em condições precárias em 3,2 milhões de domicílios (Fonte: Folha de São Paulo, 14/07/07, p. C6).

Portanto, os jovens dos centros educacionais que vivem em endereços considerados “de risco”, são vítimas do preconceito e da discriminação. Vencer esses obstáculos é desafio de todos, em especial do Estado e das prefeituras, a quem devemos cobrar políticas públicas capazes de garantir o acesso às condições dignas de sobrevivência.

Os jovens que moram nas diversas áreas da cidade vivem em condições diferentes. Eles ocupam posições diferentes no mundo do trabalho, quando os muitos que trabalham são das classes menos favorecidas, enquanto os jovens da classe alta estudam para se qualificarem e entram no mercado de trabalho mais tarde recebendo salário muito mais valorizado. Os jovens dos centros educacionais são marcados por profundas desigualdades, exclusão social e a falta de acesso dos bens e serviços básicos.

Segundo estatísticas apresentadas diariamente em jornais locais e nacionais a maior parte da população brasileira não tem direito a moradia digna nem a meios de subsistência que satisfaça as necessidades desses jovens.

As moradias não possuem condições adequadas de saneamento, são aquelas que não estão ligadas às redes de abastecimento de água, não possuem coleta de lixo e esgoto sanitário (rede coletora ou fossa séptica). As condições de saneamento básico são importantes para a saúde e a qualidade de vida dos jovens.

No Brasil, a sociedade passou a conviver com a falta de habitação para todo crescimento desordenado da periferia, a ocupação de áreas de risco e a precária qualidade de vida dos jovens afeta diretamente o desempenho no mundo do trabalho e na sociedade como um todo.

1.5 JOVENS E A CIDADE

Cada centro educacional oferece oportunidades e apresenta problemas diferentes dos outros. Mas os centros educacionais também se parecem uns com os outros em muitos pontos. Cumprir medidas sócio-educativas em um desses centros educacionais faz com que os jovens tenham muitas experiências em comum com todos que estão ali, mas, ao mesmo tempo, faz com que ele viva situações diferentes, conforme cada centro educacional.

Dentro dos centros educacionais, esse fato se repete: todos os jovens têm alguma coisa em comum, mas vivem a juventude de maneiras bem diferentes,

na sua família, no seu bairro, na sua escola e com seus amigos. Assim, a experiência de ser jovem nos centros educacionais vai ser determinante no contexto econômico, político, e social. Os jovens vão compreender melhor suas próprias experiências e, ao mesmo tempo, adquirir novos e importantes conhecimentos.

2. MAPEAMENTO DOS JOVENS EM VUNERABILIDADE SOCIAL

Nossa sociedade sempre cobra das autoridades por entenderem que a pobreza, o abandono, a falta de estudo, não são os únicos responsáveis pela delinquência, mas a convivência continuada, as circunstâncias, a falta de moral que os levam a delinquir, alguns procuram equiparar os adolescentes de hoje com os adultos.

[...] Alguns buscam nivelar cada vez mais o adolescente ao indivíduo maior de 18 anos, ou seja, imputável, argumentando que a complacência sugerida pela legislação só concorre para desvirtuamento social dos menores. Em outras palavras, acreditam que não há menor infrator vítima da pobreza, do abandono ou da falta de oportunidade de estudo ou trabalho, mas produtos de exposições continuadas a situações de carência moral e que se entregam ao crime por vontade própria, mesmo porque, a consciência dos jovens da atualidade, acerca do que é ou não salutar para o seu desenvolvimento em sociedade, está aguçada desde o fim da segunda infância. Assim, o adolescente já é capaz de saber o que é lícito. (OLIVEIRA, 2004, p,164).

O comentário de Oliveira nos remete a outra questão, a saber, a delinquência não vem de um pai drogado, de uma mãe bêbada, de uma prostituta, nem da amizade, pois se o pai bebe você não deixa de ser um cidadão com seus direitos, e deveres também não o levam a se tornar um bêbedor, ser drogado ou alcoólatra. Pois existem muitos jovens que passaram por tudo isso e são pessoas honestas, trabalhadoras e responsáveis.

Em uma sociedade democrática, como os sucessos obtidos são escassos, está obrigado a repensar e redimensionar nossas políticas econômicas e sociais, se é que queremos reduzir a pobreza. Ao assumir essa responsabilidade devemos enfrentar a evidência de que necessitamos gerar trabalho para superar a pobreza. Os indivíduos, suas famílias e suas comunidades têm direito a esperar de quem ocupa os cargos de autoridade pública e privada as decisões que lhes permitam ter uma oportunidade justa.

“Os jovens dos centros educacionais precisam de trabalho que muitas vezes não estão ao seu alcance e isso os torna vulneráveis ao consumo, ao ponto de irem de encontro ao que menos o faz feliz, o roubo, o furto, o crime, ou você acha que eles estão ali por opção ou por necessidade de ser alguém notado na nossa sociedade tão negligenciada por parte dos governantes e da sociedade civil.” (IAMAMOTO, Marilda Villela. Serviço Social em tempo de Capital Fetichel. 2ª edição. São Paulo: Cortez, 2008)

Para Dimock (in SALES FILHO, 2004)

aqueles que advogam um endurecimento das leis contra os jovens infratores devem se lembrar que o custo de se manter um jovem em internação é muito maior (cerca de 50%) do que em custódia aberta. Esses jovens que cumprem medidas socioeducativas têm que serem afastados do convívio social para serem recuperados. (p.117)

Além disso, devemos considerar a situação dos jovens, a quem o sistema não está dando resposta. É pelos menos um bilhão de pessoas que enfrentam a ameaça do desemprego ou subemprego nos próximos anos. Aproximadamente 40% da população mundial têm menos de 20 anos atualmente. O desafio é grande, na aplicação e execução das medidas socioeducativas.

Há por trás dessas expressões uma concepção funcional de que a sociedade é um todo harmônico, cujo equilíbrio se mantém pelo cumprimento dos papéis e expectativas que lhe são atribuídos pela cultura, pela religião e pelos chamados ideológicos do Estado (VOLPI, 2001, p.38).

De acordo com dados recentes da OIT (Organização Internacional do Trabalho) demonstram que o crescimento econômico não se traduz em criação de emprego. Até 2015 cerca de 400 milhões de pessoas se incorporarão à força de trabalho. Isto quer dizer que mesmo que se consiga um crescimento acelerado do emprego para produzir 40 milhões de postos por ano, a taxa de desemprego baixaria apenas 1% em 10 anos.

Enfrentar o desafio do emprego na nossa sociedade também requer que os empregos sejam de melhor qualidade, com isso os jovens dos centros educacionais estão sendo capacitados com cursos em empresas que estão instaladas nesses locais. A maior parte dos jovens dos centros educacionais vive e trabalha no próprio centro educacional tendo todas as formalidades da lei.

Está claro que as políticas recomendadas para lidar com a pobreza, para alcançar o mundo mais seguro e satisfatório, mais próspero e equitativo, não produzem os resultados esperados. Com frequência a disponibilidade de emprego não é suficiente para escapar da pobreza. O mundo está cheio de trabalhadores pobres.

2.1 OS JOVENS E A INSERÇÃO NOS CENTROS EDUCACIONAIS

A falta de políticas públicas, voltadas para os jovens nos centros educacionais, vem promovendo um abismo social na sociedade encarcerada, em razão de não terem perspectiva de emprego e qualificação profissional, deixando uma população sem condições mínimas de lutarem por melhores condições de trabalho quando forem para a liberdade. Além disso, eles ainda têm de enfrentar a concorrência com os demais jovens que se enquadram nesse mercado de trabalho tão competitivo.

Os motivos de tão dura realidade encontram-se na forma de distribuição do capital na nossa sociedade e também no avanço tecnológico, onde os jovens infratores têm uma desvantagem ainda maior. Destinado a aumentar o desnível de concorrência ainda mais.

Estudos realizados mostram que a primeira modalidade de desemprego é o conjuntural, que acontece em consequência de mudanças repentinas, principalmente com os presos dos sistemas penitenciários, pois, estavam em plena capacidade de encontrar trabalho, não encontrando devido a várias situações: reinserção no mercado de trabalho, recessão econômica, etc. Esse tipo de desemprego não é considerado o mais prejudicial ao trabalhador, pois sua tendência é a retomada dos postos de trabalho quando desaparece o motivo que lhe deu causa.

A segunda modalidade é o desemprego estrutural, que acontece em virtude das transformações permanentes no mundo do trabalho, mudanças que vieram para ficar. Entre as causas desse tipo de desemprego estão os avanços tecnológicos para aumentar a produtividade nas indústrias e agilizar a prestação de serviços; a mecanização da produção no campo, utilizando máquinas para tarefas que anteriormente eram realizadas por trabalhadores; a informatização de escritórios, bancos, comércio, com o uso de computadores capazes de aumentar a produtividade e baixar o custo final dos serviços; a robotização das indústrias, com a substituição da mão de obra humana por robôs em suas linhas de montagens de produtos, etc. A única forma de diminuir o desemprego estrutural é por meio da qualificação dos jovens e da requalificação dos adultos para as novas formas de trabalho que estão surgindo.

As duas modalidades de desemprego atingem de imediato os jovens dos centros educacionais, pois no mundo, pobres e ricos, enfrentam problemas de ordem conjuntural. Os fatores estruturais do desemprego estão cada vez mais presentes no dia a dia da humanidade, consequência do avanço tecnológico dos países desenvolvidos. Apesar de entrarem aprofundando a crise do desemprego, continuam a empenhar recursos em tecnologias que reduzirão cada vez mais os postos de trabalho em todo o mundo. Coleção Tempo de Aprender EJA – 9^o ano – volume 4(2009, p.312)

Os jovens dos centros educacionais passam por uma crise de desemprego e com isso surge o crescimento de mercado de trabalho informal e do subemprego. Jovens que não conseguem emprego com salário suficiente para a sobrevivência e com registro em carteiras de trabalho buscam condições de sobrevivência ou melhores rendimentos em atividades econômicas totalmente desprotegidas pelas leis, como vendedores ambulantes, flanelinha, prestadores de serviços esporádicos (*freelances*) em várias atividades econômicas, etc. Ou ainda, sujeitam-se ao subemprego, trabalhando em atividades sem segurança, prejudiciais à saúde, sem registro em carteira e nenhum direito previsto nas leis trabalhistas.

2.2 JOVENS VÍTIMAS DA VIOLÊNCIA

Diariamente, chegam até as nossas casas, pelos meios de comunicação notícias de diferentes tipos de violência que atingem a sociedade brasileira e principalmente os jovens: tráfico de drogas, arrastões, homicídios, assaltos e outros. Além dessas formas mais visíveis, a todo instante a população sofre “pequenos” atos violentos, que, muitas vezes, não são percebidos, nem mesmo por aquelas pessoas que estão mais perto de nós, não é mesmo? São humilhações, xingamentos, desrespeitos variados, violências no trânsito, na rua, espancamentos, atitudes preconceituosas e discriminações variadas.

A publicação Síntese de Indicadores Sociais (2004), lançada em fevereiro pelo IBGE, revela crescimento do número de mortes de jovens associadas à violência a partir da década de 1980. O problema atinge principalmente jovens do sexo masculino com idade entre 20 e 24 anos. Segundo a publicação, eles correm um risco quatro vezes maior de morrer devido a causas externas acidentes de

trânsito, afogamentos, suicídios, homicídios, quedas acidentais etc. – do que mulheres nessa mesma faixa etária.

Entre 1980 e 2003, a incidência desse tipo de morte entre jovens do sexo feminino sofreu pequena variação: indo de 18 para 22 óbitos a cada 100 mil jovens. Com o sexo masculino o quadro foi outro. No mesmo período, houve aumento de 121 para 184 óbitos a cada 100 mil. Portanto, em 2003, morriam cerca de dez vezes mais jovens do sexo masculino que do feminino.

Entre todas as questões relativas à situação do adolescente brasileiro, a morte violenta de menores de 19 anos é a que mais preocupa o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) no país, segundo Mario Volpi, oficial de programas da instituição.

Dados do Ministério da Saúde mostram que 54,9% das mortes não naturais de jovens, com idades entre 15 e 19 anos ocorrem por agressões. “Trata-se de um índice altíssimo, maior até do que em outros países latino-americanos percebidos como mais violentos que o Brasil”, afirma Volpi (2004, p.64). “Esse problema é muito sério porque vem crescendo nos últimos anos e porque há uma grande impunidade no país.”

2.3 PERFIL DOS JOVENS ASSASSINADOS

O perfil das vítimas, revelado em relatório das Nações Unidas sobre violência contra crianças, é tema de debate na Folha. Segundo dados de 2000, 16 crianças e adolescentes foram assassinados por dia. Desses mortos, 14 tinham entre 15 e 18 anos.

Em cada grupo de dez jovens de 15 a 18 anos assassinados no Brasil, sete são negros. A raça também representa 70% na estimativa de 800 mil crianças brasileiras sem registro civil. Entre os indicadores negativos, os negros só perdem para a população indígena na taxa de mortalidade infantil.

Os números, contidos no relatório “Estudo das Nações Unidas sobre a Violência contra Crianças”, encomendado pela ONU (Organização das Nações Unidas), mostram que o perfil das vítimas da violência vai muito além da faixa etária.

“A violência não tem só idade. Tem cor, raça, território. As vítimas são os negros, os pobres, os moradores de favelas”, afirmou a psicóloga Cenise Monte Vicente, coordenadora do Escritório do Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância) em São Paulo (2008).

Segundo estatísticas de 2000, 16 crianças e adolescentes foram assassinados por dia, em média. Desses mortos, 14 tinham entre 15 e 18 anos. Nessa faixa etária, 70% eram negros.

“Se somarmos as 14 mortes por dia, é mais de um Boeing a cada duas semanas, sendo a maioria formada por negros”, afirmou Cenise, referindo-se à tragédia com o voo 1907 da Gol, que vitimou 154 pessoas. “É importante investigar as causas da tragédia do Boeing. Mas em relação a essas mortes [de jovens e negros], a gente não tem a mesma atitude e vigilância. Alguma coisa está errada”. (...).

Segundo Cenise (2000), o alerta também vale para a situação da criança indígena no Brasil. O relatório cita que a média de óbitos entre crianças até um ano de idade é de 47 por mil nascidos vivos. A média nacional foi de 26 óbitos em 2004.

No Brasil, os milhares de jovens não conseguem fazer suas necessidades básicas: alimentação, saúde, segurança, trabalho, transporte, etc. São as maiores vítimas da violência, mas também se tornam atores, protagonistas, isto é, sujeito que praticam diversos tipos de violência.

Estamos na era da luta entre o trabalho vivo (executado por seres humanos) e o trabalho morto (realizado por máquinas). A única forma de vencer essa batalha é por meio da implantação de políticas públicas que ofereçam oportunidade de qualificação e requalificação profissional para a população carente, que estimulem as empresas a aumentar a oferta de trabalho por meio da redução de impostos ligados a setor de mão de obra, que concedam crédito com juros baixos para que os trabalhadores com maior qualificação possam investir em empresas próprias e troquem as situações de desemprego, subemprego e informalidade pela oportunidade de tornar pequenos empresários para outras pessoas, etc.

2.4 OS JOVENS E O MAPA DA VIOLÊNCIA

O termo “mapa da violência” é o título de um estudo realizado e publicado, desde 1998, por organismos internacionais com o apoio do Governo

Brasileiro, cujo objetivo é identificar e apresentar à sociedade e aos governantes, para que possam, a partir do conhecimento detalhado do problema, desenvolver ações e políticas públicas que diminuam a violência na sociedade. No ano 2006, foi publicado o quinto “mapa da violência”. Diante desse “mapa da violência” vamos conhecer a voz de um estudioso do assunto. Dentre algumas perguntas pertinentes sobre a violência contra os jovens no Brasil, Júlio Jacobo Waiselfisz foi entrevistado:

Como avaliar a posição do Brasil (3º) no *ranking* de 84 países sobre homicídios de jovens?

Entre os não jovens no Brasil, ou seja, os que têm menos de 15 anos e mais de 24, os índices de homicídios não sofreram grandes alterações entre a década de 80 e os dados atuais. Em 1980, este índice estava em 21,3 a cada 100 mil não jovens. Este número caiu para 18, por 100 mil em 1990 e chegou a 20,8 por 100 mil em 2000. Já na faixa etária de 15 a 24 anos, os números já eram maiores e cresceram muito mais no mesmo período. Em 1980, o índice era de cerca de 30 homicídios a cada 100 mil jovens, em 1990 chegou a cerca de 40 a cada 100 mil jovens e em 2004 atingiu 51,7 homicídios a cada 100 mil jovens. A história da violência no país passa pelo extermínio do jovem brasileiro. Não há exatamente um problema de homicídio, mas um problema de jovens. Até que se enfrentem os problemas da juventude brasileira, que se ofereça educação, cultura, trabalho, isso não vai mudar.

Entre outras temáticas, essa entrevista com Júlio Jacobo Waiselfisz, vem despertar para uma importância a cerca do jovem infrator e as condições que o levam a serem vítima e algoz, dentro de um contexto sócio econômico. Fala também que só com educação, trabalho e cursos profissionalizantes é que esses jovens podem deixar de virem a cometer delitos. Leia esta entrevista completa nos anexos.

2.5 JOVENS HISTÓRIAS E SUPERAÇÃO

Não há dúvida de que é preciso muito esforço para mudar a sociedade em que vivemos! Mas não podemos esquecer que a sociedade é um local privilegiado de produção de idéias. Temos muitos exemplos de superação de jovens que estavam no fundo do poço e hoje estão felizes.

No Brasil, há 500 anos, vêm predominando a ideia de desigualdade, a do uso da força para resolver conflitos entre pessoas e a ideia de que só alguns podem ser proprietários dos bens. Isso vem barrando a modernização da sociedade brasileira iniciada no século XIX. O progresso e o crescimento material existiram, mas não foram sentidos e usufruídos por todos os setores da sociedade. Assim é a sociedade brasileira até hoje: ao mesmo tempo em que consegue produzir riqueza, não consegue acabar com a miséria.

Essa história foi tirada do livro: Guia de Estudo: Unidade Formativa II / [organização: Maria Umbelina Caiafa Salgado, Ana Lúcia Amaral; revisão ortográfica Rafael Paixão Barbosa]. – Brasília: Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem Urbano, (2012, p.113).

Roberto Carlos Ramos é uma exceção nas estatísticas brasileiras. Viveu dos 6 aos 13 anos de idade longe da família como interno da Febem. Analfabeto, usou drogas e roubou nas ruas de Belo Horizonte. Teve 132 fugas registradas no seu prontuário e foi considerado “um caso irrecuperável”.

Mas, ao contrário do que acontece com milhões de crianças e adolescentes em situação semelhante, não caiu na marginalidade. Aos 13 anos foi adotado por uma francesa que se negou a acreditar que uma criança como ele pudesse ser um caso perdido.

Marguerite Duvas provou que estava certa. Com ela, Roberto aprendeu a ler e a escrever, a falar francês e, principalmente, a dar e receber afeto. Aprendeu a ter autoestima e autoconfiança. Na França, descobriu a arte de contar histórias. De volta ao Brasil, se formou em Pedagogia e acabou se tornando o que ele mesmo define como o Embaixador do País das Maravilhas.

2.5.1. O MENINO DA FEBEM

O menino acabara de chegar à Febem, dentro de um camburão. Depois de um susto, uma senhora se aproximou dele. Pela primeira vez na vida um adulto colocava a mão no joelho daquela criança e pedia licença pra falar com ela. Na Febem, isso não acontecia. Logo, o menino pensou: ih, essa mulher quer me bater. Mas ela disse, com sotaque carregado: “eu gostarrria de falarrrr com você”.

Ele ficou paralisado e disse que morria de pena, pois ela falava tudo errado, certamente tinha língua presa. Ela riu e disse que onde morava todos falavam assim. Imediatamente o menino retrucou: ah, sei, como os leprosos! E ela disse que não, que morava do outro lado do planeta, que a terra era redonda, que enquanto aqui era de dia, lá na França era noite.

O menino pensou que ela era doida mesmo e fugiu. Três dias depois se reencontraram em uma rua em Belo Horizonte. Ela gritava: “Robertô, Robertô!” E ele pensou: meu Deus, lá vem a doida francesa. Mas viu que ela tinha um relógio de ouro e decidiu assaltá-la. Mas ela pediu que ele ficasse uma semana em sua casa, pois ela precisava gravar uma entrevista.

Imediatamente o menino pensou que poderia roubar outras coisas: videocassete, televisão e dinheiro. E começou a aprender francês, enquanto ensinava para ela a língua dos meninos de rua, algo assim como a língua do “pê”. Pela primeira vez, alguém pedia que o menino, que tinha treze anos, ensinasse algo. As conversas eram mais ou menos assim: ela dizia “vopêcêpê espêtápê bempê?” e ele respondia: “Oui, madamme!”

Os dias foram passando e ele decidiu que só roubaria a televisão e o dinheiro. Depois, só o dinheiro. E ela, que era casada e voltaria à França em uma semana, ia se esquecendo da viagem de volta. Marguerite – esse era seu nome – renovou o visto de permanência no Brasil por duas vezes e, um ano depois de encontrar o menino, ela conseguiu sua guarda oficialmente. E alguns anos depois, o menino irrecuperável que chegava à Febem se transformou em um professor. Este menino sou eu.

3 JOVENS NOVAS PROFISSÕES E NOVOS DESAFIOS

Os jovens dos centros educacionais vivem atualmente um dilema muito grande quando se fala na questão de emprego, pois os empregos no sistema capitalista passa por novas atualizações e o trabalho assalariado já não atende mais os seus interesses por ter se tornado muito caro para quem necessita contratar mão de obra.

Os direitos trabalhistas, conquistados em lutas sindicais durante séculos, tornaram a contratação de mão de obra um custo que inviabiliza muitos negócios, pois sobre os salários o governo cobra encargos (INSS, FGTS, PIS, etc.) que devem ser pagos pelas empresas, representando um custo que inviabiliza muitos negócios. Assim, o trabalhador passou a representar queda da lucratividade das empresas, que começaram a investir em alternativas para agilizar o trabalho e aumentar a produção, sem que houvesse grande necessidade de mão de obra.

Os direitos trabalhistas em séculos de luta sindicais e negociações com patrões e governos hoje estão ameaçados por causa da instabilidade do empregado que se sujeita a abrir mão de seus direitos para manter-se no emprego, assim os jovens se submetem a empregos temporários, sem carteira assinada, sem nenhuma garantia da lei.

No entanto não há, no mundo capitalista, incentivo para que esses jovens possam entrar no mundo do trabalho, pois essa realidade faz com que os jovens dos centros educacionais quando sai em para a liberdade sejam obrigadas a trabalharem na informalidade, que geralmente não dura mais de um ano.

Algumas iniciativas governamentais nesse sentido já estão sendo implantadas, mas ainda significam pouco para resolver o grave problema de desemprego no Brasil. Denise Benites (2006, p.8) afirma que:

O estresse pode alterar o equilíbrio interna das pessoas, e esse desequilíbrio se expressa muito constantemente na forma de uma depressão, de um transtorno de pânico ou de um distúrbio obsessivo-compulsivo.

O estresse, que pode ser provocado por vários fatores como o desgaste excessivo do trabalho, horários irregulares impostos pelo trabalho (que muitas das vezes é precário e terceirizado), a falta de oportunidade no mercado de trabalho, os

salários baixos, entre outras questões de ordem social, familiar e econômica, Valla (1998, 1999). Fatores emocionais como angústia, ansiedade, baixa auto-estima, também podem causar os mesmo efeito.

Os jovens dos centros educacionais vindo das classes populares dos bairros pobres, como por exemplo, fazem parte desse perfil e com isso sofrem com os diferentes fatores do estresse, Arossi (1994, p.168).

3.1 NOVAS PROFISSÕES, NOVAS OPORTUNIDADES

Você já ouviu falar em gerente de risco? Ou em perfumistas? Técnico em botânica, raizeiro, charuteiro? Essas são apenas algumas das cercas de 3.000 ocupações que começam a integrar oficialmente o mercado de trabalho brasileiro, com o lançamento da nova Classificação Brasileira de Ocupações. A nova CBO é uma atualização da versão lançada em 1982. Ela está sendo relançada para reconhecer profissões antigas e incorporar novas. A mudança foi tão grande que nem o próprio governo sabe dizer quantas funções foram apenas reformuladas. A ideia era auxiliar no planejamento econômico e no desenvolvimento da força de trabalho do país, indicando às empresas e ao próprio governo as áreas em que era preciso investir em formação.

O mundo profissional brasileiro hoje é bem diferente. As inovações tecnológicas criaram profissões e outra organização do mercado de trabalho. No Brasil, as ocupações destinadas a quem lida com símbolos (palavras e dados), para usar a definição do economista americano Robert Reich, tais como profissionais liberais, de marketing e vendas, de serviços e de apoio administrativo, cresceram de 37% para 43,4% entre 1981 e 1999. No mesmo período, as profissões relativas a quem mexe com funções elementares, como pessoal de produção, operadores de fábrica e trabalhadores agrícolas, diminuíram de 55,1% para 52,3% no total da mão de obra ativa. Por trás desses números do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) está a tendência de crescimento de atividades que dependem cada vez mais do intelecto – biotecnologia, informática, logística de transportes, serviços culturais e de comunicações, entre outras – e menos de funções repetitivas. O Ministério do Trabalho levou às últimas consequências seu projeto de organizar as ocupações no Brasil. E o resultado da empreitada é uma lista para lá de eclética.

Na nova CBO tem de tudo. Cacique, Mãe de santo, Mestre de bateria de escola de samba, Pajé, Parteira, Raizeiro, Profissionais do sexo.

Muita gente já está estudando para ganhar o pão fazendo o bem. O setor social é uma excelente opção para quem procura um novo emprego ou está decidindo que rumo dará para a sua carreira profissional. Só no último ano, gerou em torno de 1,5 milhão de empregos. São secretários, recepcionistas, telefonistas, psicólogos, educadores, artistas, jornalistas, administradores, consultores e profissionais de todos os tipos recebendo salários compatíveis com os oferecidos no setor público e nas empresas privadas, ou até melhores. Quase 15 milhões de brasileiros doam cerca de 1,1 bilhão de reais para as entidades sociais no país.

De um lado, as ONGs começam a profissionalizar sua gestão para enfrentar os novos desafios de sustentabilidade. De outro, as empresas privadas, cada vez mais, passam a investir no social. Com o crescimento do Terceiro Setor e das parcerias entre setores, a procura por profissionais de todos os tipos, principalmente os mais qualificados para administrar ONGs e fundações de amparo social sem fins lucrativos, passou a ser maior, o que também acaba levando a bons salários.

De olho nessa nova fatia do bolo, escolas de cursos superiores enxergam uma oportunidade de abertura de negócios. Muitos criaram cursos para atender à demanda e qualificar esses profissionais. O perfil das pessoas que procuram se aprofundar nessa área é bastante diversificado. Desde administradores e economistas até graduados em ciências sociais ou na área de comunicação social, como jornalistas e publicitário. Realidade – Jornal Laboratório da FIZO, Ano I, fev./mar.2003.

Nos dias atuais, em que as necessidades familiares são cada vez maiores, muitos jovens têm de partir em busca de trabalho, com o objetivo principal de ajudar no orçamento familiar.

Para os jovens que são obrigados a enfrentar o duro mercado de trabalho, a lei criou proteção especial para evitar que o mau patrão cometa abusos e os explore de maneira irracional, a exemplo do que aconteceu na época da Revolução Industrial, quando crianças de 6 anos de idade eram obrigadas a trabalhar até 15 horas diárias, sem que tivessem tempo de se alimentar suficientemente ou frequentar escolas. Essas crianças se transformando em

verdadeiros zumbis, em razão do excesso de trabalho; muitas dormiam em cima de máquinas, provocando acidentes.

No Brasil, umas das principais proteções ao trabalho dos jovens estão prevista na Constituição Federal, em forma de proibição, ou seja, a Lei Maior proíbe qualquer trabalho de menores de 16 anos, salvo se for à condição de aprendiz.

Essa mesma regra constitucional também não permite que o menor trabalhe em ambientes perigosos, buscando-se com isso evitar a exposição a doenças e risco de acidentes. Não permite, ainda, a Lei Trabalhista (CLT), que o menor faça horas extras ou desempenhe trabalho noturno (trabalho entre 22 e 5 horas na zona urbana; na zona rural, entre 21 e 5 horas, e entre 20 e 4 horas na pecuária).

Existem alguns ambientes impróprios para menores; são locais inadequados à sua formação moral, como bares, cassinos, cabarés, dancings... ou também estabelecimentos que se dedicam à venda de bebidas alcoólicas, como bares, casa de batidas e demais lugares que podem levar o adolescente ao vício.

Outra norma constitucional (muito desrespeitada pelos patrões) é a que proíbe diferenças salariais entre trabalhador menor e o maior. Essa distinção salarial não existe; se o menor desempenha a mesma função do empregado maior, tem direito a receber salário igual.

O empregador também é obrigado a garantir o acesso do trabalho menor à escola e deve, portanto, conceder-lhe o tempo que for necessário para a frequência às aulas.

Ao empregado menor não é permitido fazer contatos com o patrão, modificar as regras desses contratos, assinarem pedido de demissão ou quitação final das verbas rescisórias sem o acompanhamento do responsável legal.

Esse menor trabalhador só tem a liberdade para assinar o recibo de pagamento de salários (holerite), e a finalidade disso é evitar que ele seja enganado pelo empregador em razão da sua pouca idade.

Como ficou demonstrado, o que a lei busca é preservar a saúde, a moral, a dignidade e outros valores inerentes ao adolescente, isso porque o menor trabalhador de hoje terá amanhã uma grande responsabilidade, que é a de conduzir o desenvolvimento da nação. (Trecho da Cartilha A OAB vai à escola. OAB – Osasco – São Paulo, 2ª Ed.)

3.2 JOVENS ÓRFÃOS DA SOCIEDADE

O número exato ninguém sabe. São muitos milhares e estão nas ruas e praças das principais cidades brasileiras. São as crianças, os jovens que vivem e dormem nas ruas. São também alguns milhares as que foram assassinadas nos últimos anos.

Os números exatos não o têm e na verdade não importa. Basta uma para já ser um absurdo. Bastava um assassinato para ser um escândalo inadmissível.

Yung (2004), sobre o nazismo e o assassinato em massa de judeus, dizia que as sociedades alemãs e européias permitiam e no fundo queria que isso acontecesse. Hitler executou o que muitos queriam e não assumiam e nem faziam, mas deixavam acontecer.

Vendo como a sociedade brasileira produz a pobreza e os pobres, vendo como a economia brasileira só existe e se organiza para atender às necessidades de uma minoria à custa da maioria, vendo como ser pobre no Brasil é estar condenado à marginalidade, chego à conclusão de que essas crianças estão nas ruas porque suas famílias foram destruídas pela sociedade brasileira com o nosso consentimento, e que, no final da linha, na calada das noites, essas crianças são assassinadas porque não existe mais o que fazer com elas, salvo impedir que continuem vivas. E tudo isso acontece a partir de nossa omissão.

Como Yung (2004) tinha razão sobre a Alemanha, creio, infelizmente, ter também razão sobre o Brasil. As 7 mil crianças e adolescentes que foram assassinados nos últimos 4 anos, segundo dados da Comissão Parlamentar de Inquérito, que investigou a violência praticada contra crianças e adolescentes, não foram mortas por nossas mãos, mas seguramente morreram sem nosso braço protetor e sem nosso grito de clamor.

Por que chegamos a esse ponto? Por que um ser humano de 7 anos, pobre, negro, solitário, desorientado, faminto de tudo é condenado a morrer no fundo da missão de cada um ou do desejo não-revelado da maioria? Quando foi que esse ser deixou de ser criança para virar o jovem infrator? Deixou de ser uma pessoa, um ser humano, para se transformar no perigo que o rebaixaria ao terreno do outro, tal como um animal selvagem que se deve abater a tiros?

Em que exato momento o abandonou? O que aconteceu logo depois que não saímos para protegê-lo de volta para a nossa casa? Em que momento virou

estranho, bicho, fera, animal a ser abatido? Em que momento um virou Caim, outro virou Abel e se desconhecaram?

Fico imaginando saber que meu filho de 9 anos saiu de casa e não voltou. Paro tudo. Telefono para todos os lugares. Mobilizo todos os amigos. Saio a procurar por todas as partes possíveis. Vasculho todos os telefones onde possa estar. Grito por seu nome nas praças por onde passe. Sofro a angústia de sua morte a cada momento. Imagino a cada passo. Relembro sua surta história com um vigor que alucina. Até que o encontro de novo para um abraço e um beijo, com sabor de alegria. Aí sim posso voltar a ser eu mesmo. Retomar minhas atividades normais, meu trabalho, minhas reuniões, seminários e até o *chopp* de fim de tarde.

Ele, meu filho, sou eu, é minha sociedade, minha cidade e mundo. Sem ele sou menos eu e minha felicidade é um pesadelo.

Quando foi mesmo que esse menino que vejo na rua a me oferecer o limão deixou de ser meu filho? Pois exatamente nesse momento que me transformei em um conivente de seu assassino. Ao não sair ao seu encontro, deixou-o entregue. Ao não buscá-lo, entreguei-o à própria sorte. Ao não parar tudo para tratar de sua sorte, transformei sua sorte na loteria da morte, que marca seus cartões no corpo dos meninos e das meninas que abandonamos nas ruas de nossas cidades.

Se não faço tudo que posso por alguém, devo estar preparado para ouvir qualquer notícia e assumir minha parte pela omissão. Uma sociedade que abandona e mata crianças, chegou a tal ponto de desumanidade que ultrapassa todos os limites aceitáveis da humanidade.

E, na verdade, tudo isso começou quando só fui capaz de ver no meu filho o ser humano, a humanidade. Quando não fui capaz de ver em qualquer filho o meu, em qualquer ser a humanidade, em qualquer outro o ser humano, em qualquer criança o começo e o recomeço da própria humanidade.

Nunca imaginei estar vivo para viver num país onde matar crianças é um ato que não escandaliza, paralisa, mobiliza tudo e todos para pôr um fim naquilo que nunca deveria ter começado.

A lei da selva é traiçoeira, surpresa!
Hoje você é predador, amanhã é presa.
("Mano na porta do bar", Racionais MC).

Zezé, do Hip Hop, ex-componente de gangues de grafiteiros sabe disso, "arrumar um tramo" talvez seja mais fácil que o cara ficar no "trampo" que arrumou.

Há uma marca que está cravada nas mentes dos jovens participantes de gangues que moram nos bairros de periferia: sentir-se fora, perceber-se excluído. Esta marca estaria sendo causada pelo fantasma do desemprego? Esta é apenas a ponta do iceberg.

O trabalho tem representado a referente central de cidadania nas sociedades mais diversas que pontuam nosso planeta. Ser trabalhador é como adquirir um salvo-conduto moral, um suposto passaporte que alinha dois mundos que se entrelaçam através de um profundo abismo: o mundo dos “proscritos” e daqueles que se incluem nas tramas da cidade oficial.

“Ora, esse trabalho, tido como nosso motor natural, como a regra do jogo que serve á nossa passagem para esses lugares estranhos, de onde cada um de nós tem vocação a desaparecer, não passa hoje de uma entidade desprovida de substância”. (Forrester 1997, p 7).

Produz-se um referente de cidadania que se esvazia de eficácia para uma legião de “proscritos” que se abrigam nas periferias urbanas. O trabalho se torna uma fantasmagoria. Como uma cidade abandonada, existente e desértica, o trabalho continua mobilizando os jovens a procura das ofertas de emprego, inserindo-os momentaneamente no mercado de trabalho. Eles experimentam, participam, até que a força de uma ausência de sentido do trabalho desempenhado ou a nostalgia do fascínio das experiências de pilhagem vivenciadas entre as turmas nas ruas manifeste-se:

O cara tá viciado a roubar relógio fica difícil demais ele sair dessa vida de droga para ir para um emprego ganhar salário mínimo por mês, trabalhando oito horas. Ai ele começa a ver na cabeça dele a vivência antiga, porque isso com a gente sempre. Ganhar cem reais! Então ele fica na vida antiga roubando relógio, vendendo ali ele ganha cem reais numa semana. Meu irmão é viciado. Ele arranjou um trampo no Center Um, mas foi despedido porque pegaram ele com chiclete no bolso. É foda, né? Perdeu o emprego por um chiclete e agora ta largado aí. Ele acha que pode sobreviver. Troco muita ideia com ele. Digo pra ele deixar esse caminho. Ele quer, tô avisando, ele quer! (Integrante do Hip Hop da quadra de Santa Cecília).

O chiclete, objeto de pouco valor de troca, acessível a todas as classes sociais, potencializa a expressão da ruptura, do rompimento de uma relação de trabalho que antecede o “descuido”, seja em relação ao chiclete, seja de um objeto

de maior valor de mercado. É então que se percebem os motivos de justificação presente no discurso das políticas sociais relativas à “não integração” do jovem delinquente. Percebe-se também como a inserção desse jovem no mercado de trabalho tenha se tornado uma estratégia central. Essa retórica se reproduz desde o “mundo de dentro”, através da intervenção de alguém da família, do irmão que já foi de gangue, até às ações institucionais: deixe esse caminho, trabalhe! Eles parecem em geral não acatar sugestões, conselhos, investimentos os mais diversos. Seguem indiferentes e afirmam que podem sobreviver.

A questão social vem sendo discutida por diversos autores que convergem e divergem entre si sobre os seus fundamentos atuais. Iamamoto (2003, 2004), Paulo Netto (2001), Nascimento (2004), Santos (2004), Pastorini (2004), defendem um posicionamento a respeito da questão social na atualidade como sendo uma “[...] velha questão social [...]”, com expressões e manifestações diferenciadas no contexto atual, mas firmadas na relação capital e trabalho. Pereira (1999, 2003), Castel (1998), Rosanvallon (1998), apontam que diante de uma “[...] nova sociedade [...] com [...] com atores e novos problemas [...] evidenciam uma “[...] nova questão social[...]. Apesar das divergências, todos contribuem teoricamente para o entendimento sobre a historicidade da questão social.

Desse modo, transcender os limites dos espaços “proscritos” do bairro não significa apenas transpor as barreiras da segregação espacial, mas também, experimentar um modo de “reterritorialização” nos espaços integrados à cultura de massa global. A cultura de massa “pode ser considerada como uma gigantesca ática do lazer”. Vamos dizer de outro modo: a ética do lazer que desabrocha em detrimento da ética do trabalho e ao lado de outras éticas vacilantes, toma corpo e se estrutura na cultura de massa. (MORIIN, 1990, p.68)

Sendo o bairro de periferia, o espaço do isolamento e da exaltação da “ética do trabalho”, sendo assim essa desconhecida de uma cultura de massa juvenil, não estariam os jovens ao transporem os limites do bairro, ao exibirem-se dentro de uma estética global juvenil, ao destacarem-se através da presença marcantes das turmas e dos atos de violência, ensejando um modo de “re-territorialização” na ampliada “ética do lazer” que predomina no lado oficial da cidade?

Acontece frequentemente dos jovens moradores de periferia, ao trabalharem, preferirem utilizar todo o salário ganho em um mês apenas com uma

roupa de “marca”, isso o torna uma pessoa notada pela sociedade, com a finalidade de se utilizar dos signos da cultura de massa juvenil. O uso dessas marcas faz com que a presença do jovem no seu espaço de moradia torne-se o símbolo de uma forma que o torna igual a todos aqueles que fazem parte do desse grupo, do “roubo” de uma estética própria dos jovens de classe média e alta. Torna-se necessário transpor os limites dos espaços segregados para fazer registros ampliados de uma estética que internamente, no bairro, é considerada quase sempre como uma pessoa diferente das demais, com estatus aceitos por todos.

Olha desde pequeno eu trabalho. Sempre gostei de trabalhar. Trabalhei de vendedor de algodão doce, chegadoinha, bronzeador, L’Oréal, tudo isso. Aí eu fui crescendo e fui ficando com vergonha disso. Aí eu comecei a trabalhar de pedreiro, carroceiro hoje está numa firma de carteira assinada. Mas eu acho que todo trabalho que faz receber dinheiro é trabalho. Ali a gente trabalha, compra roupa nova, ai a polícia vem e diz que é roupa roubada (ex-integrante da gangue os Boy Fera).

Faz-se necessário, para os jovens moradores de periferia, transpor os limites dos espaços “proscritos” para não apenas legitimar-se no campo de uma estética juvenil globalizada, como também possibilitar uma profissão de estilos através de corpos panorâmicos que atuam nos espetáculos urbanos. É sobre a forma do espetáculo que a cultura de massa faz seus registros. É através dos espetáculos que seus conteúdos imaginários se manifestam. Em outras palavras, é por meio do estético, que se estabelece a relação do consumo imaginário.

Os corpos dos jovens quando saem da periferia tendem a serem vistos pelas outras pessoas que não os conhecem, assim sua existência é notada pelo restante da população. Por outro lado, percebe-se outro olhar dos participantes das gangues acerca da vivência do trabalho. Se por um lado, eles parecem transgredir o campo imaginário relativo a uma cidadania regulada pelo trabalho, por outro, reproduzem a linguagem dominante cuja tônica são as oportunidades oferecidas ao cidadão trabalhador.

Os jovens da periferia constroem uma dinâmica relativa á produção-consumo, ou seja, ser trabalhador, ser consumidor. No imaginário das gangues, embora ainda reproduzam no discurso a ideia de que o trabalho é o propiciador das necessidades de consumo, é o consumo o que o jovem se realiza.

“Consumir” a cidade da qual foram banidos, realizar sua inscrição nos registros, adotar com os elementos estéticos dos quais foram expropriados, é finalmente, ser jovem.

O trabalho enfim, aparece para os jovens de periferia como um ponto vazio de definição, pois muitos não conseguem encontrar um emprego que possa lhe tornar um ser produtivo na sociedade. O tempo do trabalho passa a ser vivido como um tempo ausente de significantes no universo juvenil dos bairros de periferia, e ficam aumentando o vazio que muito sentem . Sendo o trabalho um campo minado de reconhecimento, o tempo de vivência e de experiência, esse tempo não chega para muitos jovens da periferia.

O tempo livre pensado com compensação pelo dispêndio do trabalho é vivido como tempo de solidão, sem compromisso, sem algo para fazer ou porque fazer, um tempo que é preciso inventar o que fazer. É nesse ponto de identificação, é nesse vazio que vem ocorrer a ruptura com os valores básicos da sociedade do trabalho. A situação do nada do que fazer, a vivência absoluta do tempo livre, onde “cabeça vazia é oficina do diabo”, isso percorre no cotidiano dos jovens excluídos do trabalho. Se “o trabalho dignifica o homem” e afirmar dentro do campo mais próximo da delinquência o seu contrário “o trabalho não compensa”, pois muitos em uma saidinha bancária lucram muito mais se trabalhassem o ano todo, não que isso todos os jovens venham a fazer. É assim que os vícios da ociosidade tendem a tornar-se o referente que orienta a conduta cotidiana de todos aqueles que integram o campo da exclusão social.

No Brasil, os jovens são incluídos no mercado de trabalho, deixando de lado a escola, pois muitas vezes a saída do pai do convívio familiar faz com que esse jovem vá trabalhar para ajudar na renda da família. Segundo Camarano, Kanso e Mello (2006, p. 95). Que diz: “a juventude depende de uma moratória, um espaço de possibilidade aberto a certos setores sociais e limitado a determinados períodos históricos”.

3.3 O BRASIL E A VIOLÊNCIA ATUAL

O Brasil, embora tenha demonstrado uma pequena melhora quanto à desigualdades sociais e à pobreza, continua sofrendo pressões sociais internas e externas. A violência contabiliza cerca de 30 homicídios para cada 100 mil

habitantes ante a média mundial de 5. O resultado anual de homicídios pode ser comparado ao número de vítimas de uma guerra civil de São Paulo, sem considerar aqueles que não tiveram o registro da ocorrência nas polícias Civil e Militar, e que é a maioria, de acordo com pesquisa do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), da Presidência da República, em parceria com a Universidade de São Paulo (USP) e o Instituto Latino Americano das Nações Unidas para a Prevenção do Direito e o Tratamento de Delinquente (Itanud)

São várias as causas e de difícil depuração, a concentração da população nos grandes centros urbanos, a desigualdade social, a má distribuição de renda, a herança “maldita” de colonização, corrupção são algumas das causas apontadas que resulta um processo de aumento da criminalidade e conseqüentemente da população carcerária em número e perfil. (DENISE BENEVIDES, 2006, p.54).

O processo de despersonalização do sujeito provocado pela ineficiência das prisões é verificado pelos altos índices de reincidência criminal, sem, no entanto termos indicadores confiáveis, e pelo acompanhamento daqueles que em condições de retorno à sociedade veem – se desprovidos de mecanismos de adaptação em função do aniquilamento, degradação e estimulação que a prisão produz.

O encarceramento além de levar a uma ruptura social, provoca também, inegáveis malefícios a esses jovens infratores sujeitos, há uma ruptura da vida civil. O jovem apenado perde ou vê fragilizados os papéis que representa no mundo social e sua identidade sofre uma despersonalização por efeitos do aprisionamento. Desta forma é preciso desenvolver dentro dos centros educacionais projetos com caráter profissionalizante que aponte o caminho desta transformação.

“[...] Por meio do trabalho os indivíduos garantem equilíbrio e melhor condicionamento psicológico, bem como melhor comprometimento social” (LEMOS; MAZZILLI; KLERING,1998.p.146). Sendo assim, a qualificação profissional possibilita, além de maiores chances de inclusão no mundo do trabalho, uma auto referência para resignificar suas vidas e ampliar suas escolhas.

Nos centros educacionais, as atividades produtivas exercidas são na maioria das vezes incapazes de mudar o jovem que esta lá dentro cumprindo medidas sócio-educativas, pois muitos não se sentem atraídos pelos cursos que lá estão inseridos.. É preciso que os cursos chamem a atenção dos jovens, de forma que esses cursos tenham aplicação no trabalho, não devendo apenas ocupar o

tempo ocioso, mas que seja capaz de preparar e incentivar esses jovens para escolhas mais conscientes e transformadoras.

Os centros educacionais, não dispõem de infraestrutura que possam manter investimentos voltados para o nível tecnológico, com isso os jovens que cumprem medidas sócio-educativas. Com o efeito da globalização sobre a pressão da competitividade. As empresas tornaram-se mais pragmáticas e a procura por profissionais que saibam fazer despertou para a educação profissional. No entanto, este fenômeno não aconteceu com a mesma velocidade nos centros educacionais. É visível a necessidade de uma nova visão de modelo de centros educacionais que atinjam o objetivo a necessidade de manter o jovem sob a tutela do Estado e de se proceder a sua ressocialização durante o cumprimento da medida sócio-educativa com cursos que venha dar qualificação profissional aos jovens. É necessária a criação de uma cultura interna dirigida a atividades essencialmente formadora, portanto centrada em torno do trabalho com qualidade do jovem.

A aproximação das atividades produtivas praticadas nos centros educacionais ao mercado de trabalho implica reconhecer que essa população está apta ao exercício da cidadania se a ela for direcionada política de inserção social, e isto só vai acontecer por meio das parcerias estabelecidas com o setor produtivo de qualificação. A questão das medidas socioeducativas não pode ser encarada apenas como um problema de governo, sua dimensão e complexidade são tantas que somente uma ação integrada que reúna esforços de toda sociedade e promova mudanças e ajuda mútua permitirá a descoberta de soluções para um problema que é de todos.

É urgente a necessidade de programar ações que visem equacionar uma política de qualificação e aprendizagem nos centros educacionais que aproximem as demandas de profissionais qualificados à política de inclusão social como uma saída a essa cruel estigmatizante ciclo de reclusão e retorno à criminalidade. (DENISE BENEVIDES, 2006, p.125).

Sabemos que às parcerias é a melhor estratégia para diminuir preconceitos, resistências sociais com relação ao público privado de liberdade e atuar juntamente com a sociedade pela transformação desse grupo excluído e marginalizado. Neste sentido, o projeto atua com o conceito de ressocialização focado na qualificação profissional e no fortalecimento das relações de trabalho e

por meio do envolvimento social, de forma a minimizar os efeitos da reclusão e acima de tudo, resgatar o potencial produtivo de cada jovem.

De acordo com o texto da Constituição Federal de 1988 diz, em seu artigo 1, que “Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente”. E o que isso quer dizer? Que a Constituição prevê a participação direta do cidadão nas decisões que afetam a vida pública. Ou seja, a participação na definição e na fiscalização das políticas, programas, serviços e projetos desenvolvidos pelos governos municipais, estadual e federal, e não apenas a participação por meio da eleição de representantes: vereadores, deputados, senadores, prefeitos, governadores e presidente da república.

Com a organização e a mobilização da sociedade, têm sido criados, em todo o país, inúmeros canais de participação da população nas políticas públicas: conselhos sobre políticas públicas de educação, saúde, assistência social, habitação, transporte, meio ambiente e de outras áreas, que reúnem representantes dos governos e da sociedade para definir e fiscalizar as políticas para essas áreas. Têm sido criados, também, conselhos para defender direitos de setores da população que historicamente vêm sendo discriminados, tais como os negros, as mulheres e os homossexuais. E, ainda, conselhos para garantir direitos de pessoas que vivem em situações de maior vulnerabilidade social como os idosos, pessoas com deficiências, crianças e adolescentes. Inúmeras outras experiências como as de orçamento público participativo, por exemplo, têm se multiplicado em diversas cidades a partir da mobilização da sociedade e mesmo da iniciativa dos governos municipais. São espaços de consulta, de discussão ou de decisão sobre *em que e onde* é mais necessário investir os recursos públicos.

O grande desafio está em tornar esses espaços verdadeiramente representativos dos diversos interesses da população. Daí a importância da organização da sociedade para a elaboração de propostas que contribuam para construir caminhos que respondam às suas necessidades. Não basta apenas reivindicar, é preciso contribuir para que se encontrem as respostas e soluções para os problemas, a partir das condições e dos recursos que têm o município, o estado e o país.

Nos últimos anos, em muitas cidades também foram criadas por governos municipais coordenarias ou secretarias da juventude. Em 2005, o Governo Federal instituiu a Secretaria Nacional da Juventude e o Conselho Nacional da Juventude

para elaborarem uma Política Nacional de Juventude, garantir e defender os direitos dos jovens e, principalmente, assegurar espaços de participação juvenil na definição das políticas que lhes são dirigidas. (PROJOVEM URBANO, 2012)

A violência objetiva-se, hoje, não somente na agressão física, mas também por meio da violência simbólica, no medo, no temor que enfrentamos daquilo que está oculto e que não vemos. Para Adorno (2000, p.99), a partir de 1985 houve um aumento considerável da violência em nossa sociedade, o que provocou um sentimento coletivo de medo e insegurança e “(...) as prisões não constituem instrumentos de reeducação de cidadãos condenados pela justiça”. Diante desse cenário os jovens são mais vítimas da sociedade, voltando para seus lares repletos de vícios e maneias que adquiriram dentro dos centros educacionais.

Nesse sentido temos que criar centros educacionais que se propõem a recuperar, reeducando, seus internos, é de fundamental importância, já que somente com oportunidades concretas de reinserção social, enquanto sujeitos de direitos, é que será possível a cada um deles construir novos caminhos.

No Brasil, segundo dados aproximados, entre 70% e 80% dos jovens que saem sob o regime de semiliberdade retornam ao chamado “mundo do crime” e voltam a ser novamente encarcerados, com a denominação de “reincidentes”. No “mundo de fora”, sofrem todos os tipos de estigmas (Carvalho Filho, 2005). Como demonstra este autor (op. cit.), o índice de reincidentes nas prisões brasileiras é altíssimo, o que confirma a pouca efetividade do papel ressocialização e educador pretendido por estas instituições. Além disso, segundo Silva (1997, p. 176) “os efeitos mais duradouros do processo de institucionalização são os danos causados à constituição da identidade, a afirmação do ‘estigma’, a incorporação do sentimento de inferioridade e a redução significativa da autoestima”.

3.4 BAIRROS VIOLENTOS EM FORTALEZA-CE E REGIÃO METROPOLITANA

Segundo Estatísticas do Ciops (2011) apontam bairros mais violentos da RMF. Dando uma real insegurança, medo e terror a população de Fortaleza, onde os jovens são ao mesmo tempo algoz e vítima desse sistema capitalista.

Nestes locais ocorre a maior incidência de homicídios. O Grande Bom Jardim é o campeão no *ranking* dos crimes.

Bom Jardim, Mondubim, Barra do Ceará, Parque Dois Irmãos, Praia do Futuro, Henrique Jorge e Antônio Bezerra. Estes são os bairros de Fortaleza apontada nas estatísticas da Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS) como os campeões no ranking dos mais violentos.

Na geografia do crime, os moradores destas comunidades são os que mais presenciam assassinatos em suas ruas e avenidas, incluindo os homicídios e latrocínios (roubos seguidos de morte).

Os dados foram revelados ao Diário do Nordeste pela Coordenadoria Integrada de Operações de Segurança. Conforme o levantamento do Ciops, os Municípios de Maranguape, Caucaia e Maracanaú, localizados na Região Metropolitana, são os que mais registram crimes contra a vida.

Somente nos quatro primeiros meses deste ano, 263 pessoas foram assassinadas na Grande Fortaleza, uma média de 2,19 por dia. Os fins de semana representam o período com maior registro de homicídios, mesmo aqueles que não são prolongados.

No mapa da violência traçado pelas autoridades da Segurança Pública, a região conhecida como Grande Bom Jardim é apontado como campeã disparada na lista daquelas onde mais se mata gente. É uma área extensa, que inclui o próprio Bom Jardim e os bairros Parque Santo Amaro, Parque Santa Cecília, Jardim Jatobá, Canindezinho, Siqueira (I e II), Granja Portugal, Bonsucesso, Conjunto Ceará e Granja Lisboa.

Já na área da Praia do Futuro, o aglomerado de barracas de praia, pousadas, hotéis e outros pontos derem lazer propicia a ação de assaltantes, advindos de várias favelas existentes na região, como a dos Cocos, Luxou, das Placas, Lagoa do Coração, Verdes Mares e do Gengibre. Os ataques mais comuns são a transeuntes e coletivos.

Na área que engloba os municípios da Região Metropolitana, os crimes de morte ocorrem, com maior frequência - conforme o Ciops - em Maranguape, Caucaia e Maracanaú (obedecendo a ordem). A característica comum destes Municípios é a sua grande extensão territorial, que inclui faixas urbanas e rurais, além de favelas e locais ermos, propícios para a localização de cadáveres de vítimas assassinadas em outros lugares, o que a Polícia chama de 'desova'.

No distrito de Pajuçara, em Maracanaú, os assassinatos viraram uma perigosa rotina. A maioria dos crimes ali registrados é motivada por vingança, acerto de contas, ou ainda, queima-de-arquivo.

O mesmo fato se repete em outra área que não aparece na lista do Ciops: a Grande Messejana. Exemplo disso foi o que no bairro do Ancuri, na madrugada do dia 22 de abril último, quando três trabalhadores rurais foram sumariamente executados a tiros e foçados por bandidos que invadiram uma propriedade rural.

Com base nos levantamentos estatísticos feitos pelo Ciops (2011), as polícias Civas e Militares montam operações ostensivas com o objetivo de reprimir a criminalidade. Uma dessas operações foi desencadeada há poucas semanas pelo Comando do Policiamento da Capital (CPC), batizada de 'Operação Carcará', que mobiliza os efetivos das companhias responsáveis pela área, além de contingentes extras de unidades de elite, como o Batalhão de Choque, Raio (Rondas de Ações Intensivas e Ostensivas), cavalaria e a Roca (Ronda Ostensiva com Cães). FONTE DIÁRIO DO [NORDESTE.cidade@diariodonordeste.com](mailto:cidade@diariodonordeste.com)

Essas questões revelam a importância e a atualidade da discussão sobre a violência entre os jovens, uma vez que envolve múltiplas situações de convívio social. Trata-se de fazer os jovens participarem plenamente da vida em comum, refletindo e deliberando sobre o que é de interesse de todos, como acesso a saúde, educação e trabalho. Essa prática deve contribuir para transformar as condições que nos tornam um país tão desigual e também para reforçar o interesse de todos pela política – condição fundamental de garantia de um projeto democrático de sociedade.

Além disso, é preciso desenvolver a ideia de que, na medida em que exigimos exercer direitos, temos também de cumprir as responsabilidades a esses mesmos direitos.

Os Centros Educacionais precisam inserir tanto o estudo, como o trabalho em seu projeto interno e estabelecer cronogramas de trabalho ao longo, médio e curto prazo, contando com a participação dos envolvidos: direção, equipe pedagógica, equipe técnica, alunos, professores, pais e responsáveis. Assim cada ação e cada decisão tomada levarão em conta que é responsabilidade de todos assegurarem o papel atribuído ao Centro Educacional – a formação de cidadãos.

Mais do que propiciar aos jovens o conhecimento dos direitos, cabe ao centro educacional a formação de atitudes e comportamentos compatíveis com

esses direitos. Foucault, (1987, p.224) diz: “A educação do detento é, por parte do poder público, ao mesmo tempo uma preocupação indispensável no interesse da sociedade e uma obrigação por parte do apenado”. Em sua análise Paulo Freire (1980, p. 26) afirma que:

A conscientização é [...] um teste de realidade. Quanto mais conscientização, mais “dês-vela” a realidade, mais se penetra na essência fenomênica do objeto, frente ao qual nos encontramos para analisá-lo. Por esta mesma razão, a conscientização não consiste em “estar frente à realidade” assumindo uma posição falsamente intelectual. A conscientização não pode existir fora da “práxis”, ou melhor, sem o ato ação-reflexão. Esta unidade dialética constituiu, de maneira permanente, o modo de ser ou de transformar o mundo que caracteriza os homens.

Pesquisa realizada com os jovens do Centro Educacional Cardeal Aloísio Lorscheider (CECAL).

Quando os jovens foram questionados sobre o que é preciso para mudar de vida?

Os entrevistados do centro educacional acreditam que podem mudar de vida sim. Isso é o que expressaram 95% é ter um emprego, 5% dos que acreditam que podem mudar de vida pela vontade, determinação, com isso, eles afirmam que poderiam ser pessoas diferentes se encontrassem um emprego para poderem manter-se e manterem sua família. .

Perguntados sobre a questão o que você gostaria de realizar, quando terminar o contrato com a empresa? E fosse para a liberdade?

Com disso, a análise dos dados nos traz que botar seu próprio negócio teve 100% de respostas, princípio esse que são bastante pertinentes no imaginário dos jovens, pois muitos tinham interesse de ser seu próprio patrão, abrir na hora que queria abrir, fechar na hora que queria fechar. Não ter ninguém pegado no pé.

Questionados sobre por que optou por essa realização?

As respostas se concentraram 80% trabalhar para ajudar a família o que é mais importante para esses jovens, dando um senso de responsabilidade e

compromisso por parte dos entes queridos. 20% ter uma profissão quando sair para a liberdade.

Quando questionados sobre que potencial criativo poderá desenvolver?

Os jovens pretendem com 90% ser empresários, isso demonstra que eles não gostam de ser mandados por ninguém. E com 10% trabalhar na própria profissão.

Perguntados sobre onde buscar qualificação para desenvolver esse potencial?

Analisando as resposta, considerando o perfil dos jovens 60% afirmaram fazer outros cursos profissionalizantes, para escolher futuras profissões, esses cursos por terem baixa remuneração no mercado de trabalho, acabam não tendo muita aceitação por parte de alguns jovens, e 40% fazer novos cursos na mesma área, se aperfeiçoar.

Quando indagados sobre que retorno financeiro você pode esperar de sua nova atividade profissional?

Os jovens com 70% responderam que ter dinheiro para comprar roupas, isso demonstra que ter roupas eles podem ser aceitos pelos colegas de seu grupo, pelas garotas, como também pela sociedade que muitas vezes os julgam pelas roupas que estão vestindo e 30% ficarem rico, isso é que todos sonham, mais é uma utopia nesse universo tão desigual que convivemos.

Perguntados sobre a questão: que valores devem nortear as relações sociais?

Em uma escala de 1 a 4, o temor a Deus ficou em primeiro lugar, isso demonstra que eles acreditam na fé e tendo uma boa estrutura eles podem sair dessa vida e ter uma vida melhor, seguido pela solidariedade, respeito, diferença e igualdade de oportunidade, eles só querem ser felizes.

Quando indagados sobre: você esta satisfeito com a formação profissional oferecida pelo centro educacional? Comente.

Foram várias respostas, a maioria respondeu sim, pois, estavam aprendendo uma profissão que muitas vezes não conseguiria fazer um curso dessas proporções na liberdade, com isso abriria um horizonte profissional, e quando saíssem dali, iria procurar uma empresa que poderia trabalhar e ser outra pessoa.

Também foi feito uma entrevista com a empresa, com as seguintes perguntas:

Quando questionados a respeito de: que situação se pode constatar no mundo do trabalho, em especial aos jovens do CECAL?

Que os educandos são tratados com todo profissionalismo mais precisa melhorar.

Para nos movermos em direção a uma situação positiva em relação ao trabalho e ressocialização, quais atitudes a empresa pode tomar, aos jovens do CECAL?

Trabalhando em prol de uma melhor cidadania e tratando como gente.

Por que é importante para o trabalhador ser criativo, dentro de uma unidade educacional onde os jovens estão privados de liberdade?

Para não deixar que os educandos fiquem ociosos e dispersos durante as atividades.

Você tem interesse de ficar com algum jovem que saia para a liberdade em seu quadro funcional?

Com certeza, para a questão da ressocialização e o aproveitamento do jovem.

Qual o papel que a empresa desempenha na ressocialização dos jovens privados de liberdade?

No momento a questão da ressocialização ainda é difícil por conta das dificuldades encontradas em respeito ao preconceito dos próprios educandos.

CONCLUSÃO

Diante do que foi estudado, mesmo tendo o Estatuto da Criança e Adolescente estabelecido direitos e garantias aos jovens infratores, esses direitos não atingem a eficácia e morais para sua formação e estrutura perante a sociedade.

Nossos jovens são muitos vulneráveis, isso faz com que caiam no mesmo ato infracional que tinha cometido quando foram cumprir medidas sócio-educativas nos centros educacionais, com isso, voltando para o sei da família, para a mesma rua que antes moravam vão ser uma presa fácil para o mundo do crime.

Falta muito para se garantir a eficácia da Lei, quando muito essa Lei busca jogar os jovens dentro dos centros educacionais e fora do alcance da sociedade dando as mínimas condições de reinserção profissional.

Os jovens reclusos dos centros educacionais sentem-se muito distante daquilo que se espera quando voltarem para a liberdade e terem que encarar um emprego no sistema formal.

Diante desse abismo que é “o mundo das prisões” e “o mundo da liberdade”, se não houver um acompanhamento por parte dos órgãos competentes: governo, estado e município, colocando os jovens dentro das escolas e capacitando-os com cursos profissionalizantes e o primeiro emprego com parceiros que aceitem esses jovens a violência tende a aumentar e esse abismo social nunca vai acabar.

Os centros educacionais devem ajudar os jovens no que for possível na sua reinserção profissional, pois sabemos que eles vão sair para a liberdade e essa reintegração na sociedade tem que ter uma ajuda por parte das Governo e da Prefeitura, pois se o jovem voltar para o lugar que antes ela tinha como morada, vivendo com os mesmos vizinhos que o conheciam antes, se ele não tiver um acompanhamento ele voltara a cometer os mesmos roubos, assaltos, furtos que o cometia antes de ir para a privação de liberdade, e é só com trabalho e educação que podemos dar um futuro para ele e para as demais pessoas que ainda confia nele.

Nossa sociedade procura algo para minar, “um bode expiatório” para colocar toda e qualquer culpa que acontece de violência nos jovens, intitulado-os de males da sociedade.

Logo, os jovens não tendo apoio fora dos centros educacionais voltam para o convívio da rua, isso os torna presa fácil para o mundo do crime, da droga, do furto, do assassinato, deixando-os a mercê da sorte.

Conclui-se que as maiorias dos jovens que cometem ato infracional, ocorrem por causa do meio em que vivem, diante de vários fatores que contribuem para isso, como fatores sociais, econômicos. Diante disso, as políticas públicas são de fundamental importância na ressocialização, pois se esses jovens não tiverem oportunidade de trabalho, de uma vida digna, com certeza voltaram ao mundo do crime.

Enquanto nos não encararmos o problema de frente e buscar meios para solucioná-los reduzindo a desigualdade social, econômica o problema da violência continuará em todas as classes sociais.

Assim, para que esse quadro possa mudar, é necessário investimentos nas políticas públicas e privadas, dando uma atenção prioritária aos jovens dos centros educacionais. É necessário também que as medidas socioeducativas sejam aplicadas de forma eficaz.

Portanto, se as medidas sócio-educativas forem aplicadas com exatidão, haverá grande possibilidade de proporcionar uma verdadeira ressocialização, para darem seguimento as suas vidas em todas as dimensões. Não voltando a cometer infrações.

REFERENCIAS

ADORNO, S. **Ética e violência**: adolescentes, crime e violência. In: ABRAMO, H.W.; FREITAS, M.V.; SPÓSITO, M.P. (Org.). *Juventude em debate*. São Paulo: Cortez, 2000. p. 97-110.

BATISTA, Nilo. **Introdução Crítica ao Direito Penal Brasileiro**. Rio de Janeiro: Revan, 1990.

BARATTA, A. Por um concepto de reitegración social Del condenado. In: OLIVEIRA, E. (Coord). **Criminologia crítica**. Forum Internacional de ciminologia Critica. Belém: Cejup, 1990. P.141-157

BENITES, Denise. **Construindo a Cidadania**. Pro meio dos temas transversais: Educação de Jovens e Adultos: linguagem oral – linguagem escrita – estudos da sociedade – estudos da natureza – matemática – arte: 1. Segmento do ensino fundamental: 3. Serie / Denise Benites. – São Paulo: Difusão Cultural do Livro, 2006.

FREIRE, P. **Conscientização**: teoria e prática da libertação; uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Moraes, 102 p.

LEI 7.210/1984 (Lei Ordinária).

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Lisboa: DIFEL, 1989.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da Republica Federativa do Brasil**. São Paulo: Ática, 1990.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. São Paulo: Saraiva, 9. ed., 2010.

BRASIL. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providencias.** *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 16 jul 1990.

BRAUNSTEIN, H.R. **Mulher encarcerada:** trajetória entre a indignação e o sofrimento por atos de humilhação e violência. 2007. 174p. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

BRITO, J. **Trabalho e saúde nas indústrias de processos químicos:** a experiência das trabalhadoras. Rio de Janeiro: ENSP/FIOCRUZ, 1996.

CARVALHO FILHO, B.J. **Depois dos muros e das grades:** imagens e representações dos condenados sob livramento condicional e suas condições de sobrevivência. 2005. 245p. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará.

CUNHA, E.L. **Trabalho feminino e instituição familiar:** o papel dos indivíduos na esfera doméstica. In: PAULA, B.X. (Org.). *Relações de trabalho e processos de exclusão na sociedade contemporânea: raça, gênero e geração*. Franca: Ribeirão, 2007.

Coleção Tempo de Aprender EJA – 9^o ano – volume 4(2009, p.312)

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: o nascimento da prisão.** Trad. de Raquel Ramalheite. 34. ed. Petrópolis: Vozes, 2007a. 178 Cad. Cedes, Campinas, vol. 30, n. 81, p. 157-178, mai.-ago. 2010 Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>
Ressocialização: o desafio da educação no sistema prisional feminino

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder.** Org. e trad. de Roberto Machado. 24. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2007b.FUNDAÇÃO DE AMPARO AO TRABALHADOR PRESO (FUNAP).

“Fundação Prof. Dr. Manoel Pedro Pimentel”. Disponível em: <<http://www.funap.sp.gov.br>>. Acesso em: 3 fev. 2010.

FREIRE, P. **Conscientização**: teoria e prática da libertação; uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Moraes, 102 p.

GONÇALVES, Victor E. Rios. **Contravenções Penais**. São Paulo: Paloma, 5. ed., 1999.

GOFFMAN, E. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

Guia de Estudo: Unidade Formativa II / [**organização**: Maria Umbelina Caiafa Salgado, Ana Lúcia Amaral; revisão ortográfica Rafael Paixão Barbosa]. – Brasília: Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem Urbano, 2012. 328p.: il. – (Coleção Projovem Urbano)

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de Capital Fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 2ª edição. São Paulo: Cortez, 2008.

LIBERATI, Wilson Donizeti. **Direto da Criança e do Adolescente**. São Paulo: Rideel, 3. ed., 2009.

HABERMAS, J. **Mudança estrutural da esfera pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

MARTINS, J.S. **A sociedade vista do abismo**: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

MEILLASSOUX, C. **Mulheres, celeiros & capitais**: crítica e sociedade. 7. ed. São Carlos: UFSCAR; Afrontamento, 1976.

MORIN, Edgar 1989, **Vidal et les siens**, Le Seuil, Paris. Em português: Vidal e os seus, Instituto Piaget, Portugal 1990, Introduction à la pensée complexe, ESF, Paris. Em português:

NEVES, M.Y.R. **Trabalho docente e saúde mental**: a dor e a delícia de ser (tornar-se) professora. 1999. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

PASCAL, M.A.M.; SCHWARTZ, R. **Mulheres brasileiras**: cotidiano, história e conquistas. In: PEREIRA, B.R.; NASCIMENTO, M.L.B.P. (Org.). *Inclusão e exclusão: múltiplos contornos da educação brasileira*. São Paulo: Expressão e Arte, 2006.

SENNETT, R. **O talento e o fantasma da inutilidade**. In: SENNET, R. *A cultura do novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SILVA, R. **Os filhos do governo**. São Paulo: Ática, 1997. (Fundamentos, 137).

ANEXOS

Anexo 1

Entrevista completa com:

Julio Jacobo Waiselfisz

O Brasil lidera os índices de homicídios de jovens por arma de fogo. É o terceiro quando o critério abrange outras formas de homicídio na faixa etária entre 15 e 24 anos. Para Julio Jacobo Waiselfisz, autor do Mapa da Violência 2006, que trouxe a público esse dado, o problema do país não é a violência pura e simples. “A história da violência no país passa pelo extermínio do jovem brasileiro”, afirmou em entrevista à Comunidade Segura.

Para o pesquisador, o Estatuto do Desarmamento e a campanha de recolhimento de armas tiveram influência na redução dos índices de homicídio.

Como foi o processo de elaboração deste estudo?

A cada dois anos lançamos novos mapas atualizando informações. A base de dados são certidões de óbitos, que são instrumentos necessários para qualquer tipo de trâmite. Estas certidões de óbito são centralizadas pelas secretarias estaduais de saúde, que enviam os dados para o Ministério da Saúde, que normalmente me envia um CD-ROM com um milhão de registros de óbitos e eu processo essas informações de acordo com o sistema internacional de classificação de doenças, que também contempla causas externas para o óbito. Nestes casos, há informações sobre o que ocasionou a morte. O *Whosis* [1] (Sistema de Informações Estatísticas da Organização Mundial de Saúde) fornece a base de dados internacional e eu analiso as informações.

O Brasil lidera um *ranking* de 65 países em homicídios de jovens por armas de fogo. Em sua opinião, o que ocasiona isso?

Pesquisas feitas com jovens em escola mostraram que cerca de 40% sabiam onde obter armas de fogo. São dois fenômenos juntos, que separados não formariam um quadro tão grave. Há uma grande circulação e disponibilidade de armas de fogo no Brasil. É muito difícil saber o número exato, pois quem tem armas não declara, mas estima-se que sejam 120 milhões de armas de fogo em circulação. Nos EUA também há grande circulação de armas de fogo, mas o número de homicídios é a terça parte do que são registrados no Brasil todos os anos. O que

determina essa liderança é a junção do primeiro fator com uma cultura da violência, uma disposição de matar, diante de qualquer conflito, o adversário.

Como avaliar a posição do Brasil (3º) no *ranking* de 84 países sobre homicídios de jovens?

Entre os não jovens no Brasil, ou seja, os que têm menos de 15 anos e mais de 24, os índices de homicídios não sofreram grandes alterações entre a década de 80 e os dados atuais. Em 1980, este índice estava em 21,3 a cada 100 mil não jovens. Este número caiu para 18, por 100 mil em 1990 e chegou a 20,8 por 100 mil em 2000. Já na faixa etária de 15 a 24 anos, os números já eram maiores e cresceram muito mais no mesmo período. Em 1980, o índice era de cerca de 30 homicídios a cada 100 mil jovens, em 1990 chegou a cerca de 40 a cada 100 mil jovens e em 2004 atingiu 51,7 homicídios a cada 100 mil jovens. A história da violência no país passa pelo extermínio do jovem brasileiro. Não há exatamente um problema de homicídio, mas um problema de jovens. Até que se enfrentem os problemas da juventude brasileira, que se ofereça educação, cultura, trabalho, isso não vai mudar.

O Rio de Janeiro lidera o *ranking* nacional de homicídios de jovens. Certamente o tráfico de drogas tem influência. Em sua opinião, o que as autoridades responsáveis podem fazer para solucionar o problema?

O Rio de Janeiro é o único lugar do Brasil onde a criminalidade é associada a organizações criminosas. Um estudo realizado com base nas informações sobre ferimentos à bala que chegam aos hospitais da rede Sara Kubitschek de Entidades ligadas aos trabalhadores, organizações internacionais voltadas para os problemas do trabalho e uma classe trabalhadora unida, consciente das novas conquistas que pretende obter, são de importância fundamental para convencer empresários e governantes a optarem por oferecer emprego com condições dignas e salários justos a todos. Salvador e Brasília mostraram que cerca de 60% dos crimes são de proximidade, ou seja, a vítima possuía alguma relação com o agressor. Não conheço nenhuma pesquisa que trate especificamente desta relação, mas dada a estruturação do narcotráfico no Rio de Janeiro, o mais provável é que seja um dos poucos estados do Brasil onde o crime organizado tem maior influência nos índices de homicídio por arma de fogo do que os crimes de proximidade.

Alguns países, mesmo os que não estão em guerra declarada, vivem problemas graves que elevam os índices de homicídios de jovens, como o caso de países da América Central onde gangues juvenis estão envolvidas na violência armada. Quais as razões para o Brasil estar à frente destes países no *ranking*?

É o mesmo problema: o Brasil não tem conflitos religiosos, de fronteiras, de línguas e apesar disso consegue matar muito mais jovens que conflitos bélicos declarados. Isso é a cultura da violência que existe no Brasil. Países árabes, asiáticos, os demais países da América Latina e os que integravam a antiga União Soviética são países histórica e culturalmente associados à violência. São áreas que encabeçam o *ranking* da violência e ficam em torno do mesmo patamar estatístico.

O índice nacional de homicídios caiu entre 2003 e 2004, mas aumentou muito em relação a 1994. Estes dados, na sua opinião, justificariam a reedição da campanha de recolhimento de armas como parte de uma estratégia para a redução do número de mortes por armas de fogo?

Nossos índices de violência, ainda hoje, depois do desarmamento, são catastróficos. Caímos um pouco, mas ainda temos 102 mortes por armas de fogo por dia. 37 mil pessoas morreram por armas de fogo em 2004. É muito mais do que se mata na guerra Israel-Palestina, no Iraque. Ainda assim, mesmo depois da população ter entregado meio milhão de armas de fogo, não se ouviu mais falar do desarmamento. O problema é a descontinuidade das políticas relacionadas a isso, ainda que tenham mostrado resultados positivos.

Disponível em:

<<http://mnagentesdesaude.blogspot.com/2011/08/>

[brasil-tem-indices-de-violencia.html](http://mnagentesdesaude.blogspot.com/2011/08/brasil-tem-indices-de-violencia.html)>. Acesso em: 24 jan. 2012. (grifos das autoras)

Anexo 2

Questionário para os adolescentes:

1) O que gostaria de realizar, quando terminar o contrato com a empresa? E fosse para a liberdade.

() botar seu próprio negócio

() Ir procurar emprego na sua área de atuação

2) Por que optou pro essa realização?

() Trabalhar para ajudar a família.

() ter uma profissão quando sair para a liberdade.

3) Que potencial criativo poderá desenvolver?

() ser um empresário.

() ser um gerente

Outros...

4) Onde buscar qualificação para desenvolver esse potencial?

() outros cursos profissionalizantes.

() fazer novos cursos na mesma área, se aperfeiçoar.

5) Que retorno financeiro você pode esperar de sua nova atividade profissional?

() Ficar rico.

() ter dinheiro para comprar roupa.

6) Você esta satisfeito com a formação profissional oferecida pelo centro?
Comente.

Questionário para a empresa

1) Que situação se pode constatar atualmente no mundo do trabalho, em especial aos jovens do CECAL?

2) Para nos movermos em direção a uma situação positiva em relação ao trabalho e ressocialização, quais atitudes a empresa pode tomar, aos jovens do CECAL?

- 3) Por que é importante para o trabalhador ser criativo, dentro de uma unidade educacional onde os jovens estão privados de liberdade?

- 4) Você tem o interesse de ficar com algum jovem que saia para a liberdade em seu quadro de funcional?

- 5) Qual o papel que a empresa desempenha na ressocialização dos jovens privados de liberdade?

Anexo 3



